



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO –
UEMASUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS
CURSO DE HISTÓRIA**

JAKSON BRITO MORAIS

**REVISÃO CURATORIAL DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO BARRA GRANDE I:
tecendo a história da Região Tocantina, Imperatriz-MA**

Imperatriz

2022

JAKSON BRITO MORAIS

**REVISÃO CURATORIAL DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO BARRA GRANDE I:
tecendo a história da Região Tocantina, Imperatriz-MA**

Monografia apresentada ao Curso de História, do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a M.^a Danielly Moraes Rocha Marques.

Imperatriz

2022

M828r

Morais, Jakson Brito

Revisão curatorial do sítio arqueológico Barra Grande I: tecendo a história da Região Tocantina, Imperatriz- MA / Jakson Brito Moraes. – Imperatriz, MA, 2022.

63 f.; il.

Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2022.

1. Arqueologia. 2. Educação museal. 3. História. I. Título.

CDU 930.1:902

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Raniere Nunes da Silva CRB13/729**

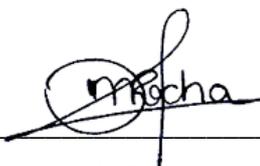
JAKSON BRITO MORAIS

**REVISÃO CURATORIAL DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO BARRA GRANDE I:
tecendo a história da Região Tocantina, Imperatriz-MA**

Monografia apresentada ao Curso de História, do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

Aprovada em: 08/09/2022.

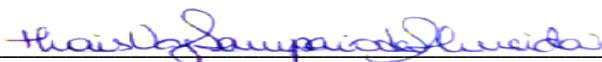
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª M.ª Danielly Moraes Rocha Marques (Orientadora)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL



Prof.ª Dr.ª Regina Célia Costa Lima (Avaliadora)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL



Prof.ª M.ª Thaís Vaz Sampaio de Almeida (Avaliadora)
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Dedico àqueles que sonham...

AGRADECIMENTOS

Chego ao fim de mais uma etapa, a partir de uma caminhada longa e árdua, cheia de encontros e desencontros, mas, com toda a certeza, contemplada de valores. O conhecimento adquirido foi a base de muito esforço e dedicação, que ajudaram a mudar minha forma de ver o mundo, de pensar e de me introduzir nele. Muitas vezes, fui criticado pela escolha do Curso de Licenciatura em História. Apesar disso, segui minhas convicções.

Finalizando mais um ciclo, no qual ficarão as lembranças da trajetória acadêmica, quero agradecer a todas e todos, em especial a minha amiga Jordanne Mota, que, ao longo desses anos, suportou-me; e Ana Caroline, com quem, nesse período final, troquei conhecimentos e angústias, contribuindo na construção da monografia.

Agradeço, também, aos meus pais, Orlando Lobo e Roziane Brito, aos irmãos, Jaqueline Brito, Jainando Brito e Jailson Brito, por todo o incentivo. E aqui deixo registrado todo o meu amor eterno e carinho a minha avó, Francisca Brito, que, infelizmente, partiu antes de minha conclusão, mas que lembro de todo o seu apoio. No dia em que ela descobriu o feito, saiu espalhando, para toda a vizinhança, que seu neto iria para a universidade.

Por fim, deixo meu agradecimento à Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), ambiente de quebra e reconstrução. Aos professores que, de alguma forma, fizeram parte do meu desenvolvimento. Ao Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT), lugar onde consegui obter bastante conhecimento, e a todos com quem convivi nesse espaço. A minha orientadora, Prof.^a M.^a Danielly Moraes Rocha Marques, que vem me adequando aos estudos arqueológicos, aos trabalhos de campo, numa área de grande importância para mim – só tenho a agradecer.

Obrigado a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram na minha vida acadêmica e pessoal.

RESUMO

Esta pesquisa tem como principal objetivo realizar um levantamento diagnóstico do acervo arqueológico proveniente do Sítio Barra Grande I (SBGI), no município de Imperatriz, estado do Maranhão, tecendo uma narrativa descritiva sobre o material investigado, de acordo com o desenvolvimento histórico, e abordando características e relações entre a História e a Arqueologia. Vislumbra, ainda, competências museológicas que correlacionam, categoricamente, museus, museologias, educação museal e reserva técnica (RT), envolvendo fatores para se compreender o valor geral do acervo arqueológico citado. Nesse âmbito, busca-se entender a história do Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT), dentro de uma importância regional. Com isso, conclui-se que todo o processo de revisão curatorial estabelecido a partir da Portaria nº 196, de maio de 2016, promovida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que estabelece os termos das instituições de guarda e pesquisa, ajuda a manter, a partir de suas recomendações, a proteção da cultura material.

Palavras-chave: Arqueologia. História. Museu.

ABSTRACT

The main objective of this research is to carry out a diagnostic survey of the archaeological collection from Barra Grande Site I (SBGI), in Imperatriz town, Maranhão state, weaving a descriptive narrative about the investigated material, according to the historical development, and addressing characteristics and relations between History and Archeology. It also glimpses museological competences that categorically correlate museums, museologies, museum education and technical reserve (RT), involving factors to understand the general value of the mentioned archaeological collection. In this context, we seek to understand the history of the Timbira Center for Research in Archeology and History (CPAHT), within a regional importance. With this, it is concluded that the entire process of curatorial review established from Ordinance n. 196, of May 2016, promoted by the Institute of National Historic and Artistic Heritage (IPHAN), which establishes the terms of custody and research institutions, helps to maintain, based on its recommendations, the protection of material culture.

Keywords: Archeology. History. Museum.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Imagem de satélite com a delimitação do Sítio Barra Grande I, entre as torres T15 e T16..... | 38 |
| Fotografia 1 – Exemplificando a caixa de polionda azul | 43 |
| Fotografia 2 – Bancada com parte do acervo revisado do Sítio Barra Grande I..... | 44 |
| Fotografia 3 – Exemplo de borda cerâmica do Sítio Barra Grande I | 45 |
| Fotografia 4 – Caixa de polionda azul, com etiqueta, e caixa de polietileno padrão marfinite com tampa, sem travas | 52 |
| Fotografia 5 – Caixa de polionda azul, com etiqueta, e caixa de polietileno padrão marfinite com tampa, sem travas e com etiqueta adequada às normas do CPAHT | 52 |
| Fotografia 6 – Caixa de polionda azul, com plástico bolha, como material de proteção do acervo..... | 53 |
| Fotografia 7 – Etiqueta digitalizada da caixa de polionda azul..... | 54 |
| Fotografia 8 – Caixa de polietileno padrão marfinite com tampa, sem travas, sem informações..... | 54 |
| Fotografia 9 – Caixa de polietileno padrão marfinite com tampa, sem travas, com manta | 54 |
| Fotografia 10 – Caixa de polietileno padrão marfinite com tampa, sem travas, com plástico bolha em cima da manta | 55 |
| Fotografia 11 – Caixa de polietileno padrão marfinite com tampa, sem travas, com espuma, plástico bolha e, em cima, a etiqueta digitalizada da caixa de polionda azul..... | 55 |
| Fotografia 12 – Etiqueta digitalizada, de acordo com as normas do CPAHT, inseridas nas caixas de polietileno padrão marfinite com tampa, sem travas, servindo como identificação do acervo | 55 |
| Fotografia 13 – Exemplo de peças com fungos esbranquiçados | 56 |
| Fotografia 14 – Materiais já transferidos das caixas de polionda azul para as caixas de polietileno padrão marfinite com tampa, sem travas, com todos os dados pertinentes | 57 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Sítio Barra Grande I – cx. SBGI 01.04..... | 47 |
| Tabela 2 – Sítio Barra Grande I – cx. SBGI 01.05..... | 47 |
| Tabela 3 – Sítio Barra Grande I – cx. SBGI 01.06..... | 48 |
| Tabela 4 – Sítio Barra Grande I – cx. SBGI 02.04..... | 48 |
| Tabela 5 – Sítio Barra Grande I – cx. SBGI 03.01..... | 49 |
| Tabela 6 – Resultado final: soma dos dados das caixas – Sítio Barra Grande I..... | 49 |
| Tabela 7 – Ficha diagnóstica de bordas cerâmicas..... | 51 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------------|---|
| CONAMA | Conselho Nacional de Meio Ambiente |
| CPAHT | Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira |
| CRFB | Constituição da República Federativa do Brasil |
| cx. | caixa |
| ICOM | Conselho Internacional de Museus |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| LT | Linha de Transmissão |
| NEAI | Núcleo de Estudos Africanos e Indígenas |
| NP | número da peça |
| PRAL | Projeto de Resgate Arqueológico da Usina Hidrelétrica Lajeado |
| PRONAPA | Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas |
| RT | reserva(s) técnica(s) |
| SBGI | Sítio Barra Grande I |
| SNUC | Sistema Nacional de Conservação da Natureza |
| TL | termoluminescência |
| UEMASUL | Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO I – ENTRELAÇOS ENTRE A HISTÓRIA E A ARQUEOLOGIA . | 15 |
| 1.1 Conceitos e relações..... | 15 |
| 1.2 Arqueologia no Brasil | 20 |
| CAPÍTULO II – COMPETÊNCIAS MUSEOLÓGICAS | 24 |
| 2.1 Museus e museologias | 24 |
| 2.2 Educação museal | 28 |
| 2.3 Reserva técnica | 31 |
| CAPÍTULO III – ENTENDENDO O CENTRO DE PESQUISA EM ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA TIMBIRA E TRAZENDO O RESULTADO DO SÍTIO BARRA GRANDE I | 34 |
| 3.1 Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira e a importância regional..... | 34 |
| 3.2 Resultado do Sítio Barra Grande I..... | 37 |
| 3.2.1 Sítio Barra Grande I – cx. SBGI 01.04 | 47 |
| 3.2.2 Sítio Barra Grande I – cx. SBGI 01.05 | 47 |
| 3.2.3 Sítio Barra Grande I – cx. SBGI 01.06 | 48 |
| 3.2.4 Sítio Barra Grande I – cx. SBGI 02.04 | 48 |
| 3.2.5 Sítio Barra Grande I – cx. SBGI 03.01 | 49 |
| 3.2.6 Resultado final: soma dos dados das caixas – Sítio Barra Grande I..... | 49 |
| 3.2.7 Ficha diagnóstica de bordas cerâmicas | 51 |
| 3.3 Pontos abordados para deslocar e melhorar o acondicionamento do acervo do Sítio Barra Grande I..... | 51 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 58 |
| REFERÊNCIAS | 60 |

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se estabeleceu na região Tocantina do Maranhão, ambiente de muitos achados arqueológicos que foram resgatados a partir de projetos de pesquisas desenvolvidos em contexto dos licenciamentos ambientais. Dentre esses, o Projeto Grandis – desenvolvido no âmbito da instalação de uma fábrica de uma empresa de papel e celulose – identificou sete sítios arqueológicos, realizando o resgate de 5 deles: Sítio Barra Grande I (SBGI), Sítio Barra Grande III, Sítio Jambu II, Sítio Jambu III e Sítio Cajazeiras.

É importante mencionar que, antes de o Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT) ser construído, diversos materiais encontrados na região eram levados para outras localidades, com o objetivo de salvar o patrimônio arqueológico. Com o projeto obedecendo a então Portaria nº 230/2002 (IPHAN, 2002) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), esse empreendimento privado construiu o museu CPAHT. Essa é a primeira instituição de guarda da Região Tocantina a resguardar o acervo arqueológico proveniente das pesquisas realizadas na região e no estado do Maranhão, como um todo.

Assim, quando da inauguração desse novo espaço, foi entregue todo o acervo proveniente do Projeto Grandis, o qual compunha parte da exposição museológica. Além disso, suas coleções são as primeiras a compor a reserva técnica (RT) do CPAHT. Porém, com o tempo, observou-se que o primeiro acervo do CPAHT apresentou muitos problemas de curadoria e documentação, o que refletiu, também, na conservação e preservação do acervo.

Tendo em vista esses desdobramentos, viu-se a necessidade de se realizar um diagnóstico do estado de conservação do acervo, procurando identificar as problemáticas e sugerir medidas paliativas, visando remediar os problemas de preservação e documentação. Assim, dentre os sítios arqueológicos resgatados, o presente trabalho realizou um levantamento diagnóstico do acervo proveniente do Sítio Barra Grande I (SBGI). Esta é a primeira investigação na RT que buscou as melhores formas de extrair as informações, dentro desta revisão curatorial.

Levando a compreender mais os dados do SBGI, a pesquisa se tratou de uma investigação curatorial, percebendo o que havia de incoerente nos dados, a partir das leituras dos relatórios e observações do acervo. Nesse sentido, buscou-se identificar as condições de guarda do material e os elementos que compõem a sua documentação, tais como as fichas de identificação das caixas, as fichas de coleta e as fichas digitalizadas, elaboradas a partir dos

dados das fichas de coleta, além dos relatórios de escavação e curadoria, bem como do inventário do acervo. Analisou-se, assim, se as informações seriam correspondentes.

Uma das problemáticas identificadas diz respeito à falta de higienização e do tombamento individual das peças, o que dificultou a compreensão e análise destas, principalmente os materiais cerâmicos, cuja fragmentação se encontra mais acelerada. A princípio, observou-se que essas dificuldades estão em torno do mal condicionamento das peças/fragmentos, decorrente do seu processo curatorial inicial, havendo, ainda, possibilidade de ter havido contabilizações errôneas do quantitativo desses vestígios arqueológicos.

Nesse sentido, vale destacar que esse material foi *entregue* ao CPAHT já apresentando essas dificuldades, e hoje se buscam formas de diminuir os riscos à preservação desse patrimônio. Dentre as medidas tomadas após a realização do diagnóstico, está a troca das cinco caixas de polionda azul, onde o acervo do sítio estava resguardado, sendo trocadas por caixas brancas, de plástico resistente (Bioprátika Multiuso Pleion) e com espaço adequado. Nesse processo, foram transferidas todas as informações, indo de encontro às necessidades do acervo arqueológico, considerando-se os protocolos de procedimentos determinados pela Portaria nº 196/2016 do IPHAN (IPHAN, 2016).

A história é uma área que possibilita contar, instigar realidades ao longo do tempo. Sabendo disso, esta pesquisa se desenvolveu a partir do Projeto Grandis, da empresa Suzano, que resgatou cinco sítios, entre os quais o SBGI foi dado como amostra de análise. Considera-se seu estado conservação, informando todas as especificidades do seu acervo, das peças/fragmentos observados, e gerando, em torno desse material, parte da história regional.

Vale lembrar que os dados dos materiais arqueológicos cerâmicos são disponibilizados ao longo do trabalho, para, assim, ficar claro ao leitor o entendimento de que havia uma relação entre o uso de objetos líticos e cerâmicos (lito-cerâmicos). Na busca de mais informações arqueológicas, houve, também, o levantamento de bordas dos vasilhames cerâmicos. Todos os detalhes observáveis foram considerados e citados, sendo abordados, ainda, os termos referentes ao acervo lítico, em suas especificidades.

Assim, com os relatórios envolvendo o SBGI e o acervo tornando-se um material quase que esquecido pelo tempo, busca-se entender a fala desse material e a sociedade que o detinha. O material, em seu desenvolvimento, abrangeu a História, a Arqueologia, o Museu, a RT e o contexto da Região Tocantina do Maranhão. Toda essa investigação se deu em torno do objetivo de entender o acervo lítico e cerâmico de um povo. As coleções têm suas peculiaridades, apropriadas sobre uma grande relevância. Percebe-se que o material

arqueológico exposto vigora sobre a fundamental realidade das peças que melhor sintetizam o conteúdo. É preciso saber o que a RT guarda de história viva.

Busca-se, assim, desenvolver um trabalho de pesquisa adotando a perspectiva da pesquisa bibliográfica, entre artigos, relatórios, dissertações, por exemplo, e de observações descritivas do acervo curatorial do SBGI, dentro da RT do CPAHT. Diante disto, envolve partes fundamentais de desenvolver a museologia ligada diretamente à história e ao contexto regional.

O resultado alcançado nesta pesquisa pode contribuir na formação e no futuro do profissional da área de história e do arqueólogo, desenvolvendo habilidades educativas interculturais críticas, através da apresentação do material narrado, assim como também é um convite para que a comunidade acadêmica participe e perceba o quão importante são essas áreas de ensino e pesquisa. Possibilita-se, com a investigação, uma visão geral dos dados do SBGI, sobre meios positivos e negativos. Apresentam-se, assim, meios de manter ou melhorar o acondicionamento do material. A motivação para este estudo esteve sujeita ao ato de investigar metodicamente, de contribuir dentro da instituição à qual estive ligado durante todo o curso de Licenciatura em História.

*

O primeiro capítulo desta pesquisa monográfica remete a uma discussão historiográfica e arqueológica, sobre conceitos e relações em que ambas contribuem. São demonstradas, com isso, particularidades dessas ciências, metodologicamente fundamentais para o pensar e o realizar sobre as funções perante a sociedade. A história e a arqueologia são áreas que perpassam o homem, imprimem e expressam sociedades.

O capítulo ainda aborda a relação da história e da arqueologia no contexto brasileiro, primando o entendimento desses nacionalmente, já que são áreas voltadas principalmente aos povos indígenas, que viveram no país. Assim, os materiais encontrados servem como provas históricas. Mas toda pesquisa está fadada às interpretações de quem a produz. Um problema que ocorreu bastante após a colonização foi o menosprezo pelas culturas indígenas. Visto isso, este trabalho busca ajudar a perceber a importância de todos os povos.

O segundo capítulo aborda as competências museológicas, de forma abrangente, entre a relação dos museus ao longo dos impérios, civilizações, continentes e países. O que podemos perceber, na realidade, são as mudanças significativas que esses ambientes têm

sofrido, tornando-se ativos no compromisso de levar conhecimento, repercutindo entre o espaço museu e as ações museais. A forma de ver o público-alvo, o sentido e a importância com que esse se insere vão se modificando e introduzindo mudanças que, cada vez mais, dialogam com a transformação cultural. Fica evidente o quão instigante se torna uma instituição museológica, cheia de possibilidades, histórias e aprendizados.

Reflete, ainda, sobre as RT, que estão destinadas a constantes diálogos sociais. Anteriormente, essas estavam reduzidas, categoricamente, a gabinetes, nos quais ficavam os materiais de patrimônio público. Posteriormente, transformaram-se em espaços adequados para resguardar, o que vai diretamente ao encontro da exposição desses acervos, sociabilizando com as diferentes características culturais e sociais. Paralelo ao contexto, o capítulo aborda a educação patrimonial, prevista na forma de entender e proteger o que se tem conhecimento.

O terceiro capítulo aborda a história do CPAHT e sua importância regional. Traz, ainda, o diálogo e o resultado da revisão curatorial do SBGI. O museu está dividido em três categorias: etnológica, arqueológica e cultura popular do sertão maranhense. A finalidade desta pesquisa investigativa, que se dá a partir dos materiais arqueológicos, no terceiro capítulo, foi de produzir conhecimento sobre o acervo arqueológico da RT do CPAHT, acervo que está cheio de detalhes fascinantes, de impressões da história, deixando clara a relevância dos materiais.

Por meio de cada observação, floresciam milhares de pensamentos e sentimentos que impulsionavam a entender a sociedade a quem esse acervo pertencia, adquirindo conhecimento de grande valia. Assim, aqui estão contidas as últimas informações desses materiais, sendo este o primeiro levantamento diagnóstico do SBGI, a partir dos relatórios e observações descritivas do acervo.

Entretanto, diante dos estudos, foram observadas alterações entre os dados dos relatórios e das peças/fragmentos cerâmicos e líticos. Além disso, por não haver nenhum referencial a bordas cerâmicas, este trabalho também as contabilizou, tomando como base a descrição de todo o projeto e relatórios acerca dele. Por fim, foram abordados pontos que melhoram o acondicionamento do acervo do SBGI, em conformidade com a Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016. Gera-se, assim, a relevância dos estudos dentro da história e da arqueologia, na região de Imperatriz, Maranhão.

CAPÍTULO I

ENTRELAÇOS ENTRE A HISTÓRIA E A ARQUEOLOGIA

1.1 Conceitos e relações

A historiadora Vavy Pacheco Borges (1993) deixa claro que conceituar *história* é algo complexo, já que, socialmente, tem-se a mania de abordar essa temática com olhares de incapacidade. De outro modo, é necessário predominar o conhecimento do passado e suas realidades, e reavivar valores, trazendo para o presente como forma de mudanças, transformações, percebendo que a história é fundamental no tempo e no espaço. Aborda-se aqui uma realidade percebida nos grupos sociais, quando se refere à história. Assim, História é algo que rodeia o homem em toda a sua vida, nas suas mútuas representações e condições pessoais e coletivas, o que condiz bastante ao meio em que se está inserido (BORGES, 1993).

Funari (2003) compreende a relação da arqueologia com a história como duas ciências distintas, e não da arqueologia como sendo complemento da história. Ambas as áreas constituem um aglomerado de informações capazes de traduzir períodos históricos, em relutância ao conhecimento adquirido. Com isso:

A cultura material estudada pelo arqueólogo insere-se, sempre, em um contexto histórico muito preciso e, portanto, o conhecimento da história constitui aspecto inelutável da pesquisa arqueológica. Assim, só se pode compreender a cerâmica grega se conhecermos a história da sociedade grega, as diferenças entre as cidades antigas, as transformações por que passaram. A história, contudo, não é tampouco uma descrição do passado tal qual aconteceu, é uma interpretação e, por isso, tanto mais será importante conhecer as controvérsias historiográficas sobre o período histórico tratado (FUNARI, 2003, p. 85).

De acordo com o dicionário de Ferreira (2011), o significado do vocábulo *história* é “o conjunto dos fatos notáveis, registrados em tradições, documentos, relíquias, etc., referentes à vida dos povos e da humanidade em geral, desde o passado remoto até hoje” (FERREIRA, 2011, p. 484). Dentre essas determinações, configuram-se formas e abordagens funcionais no decorrer da história, integrando uma rede de formas para entender as realidades investigadas, já que, de antemão, a função do historiador é entender contextos sociais e transmitir aos diferentes ouvintes as diferentes épocas.

Já para a autora Schaan (2006), a forma com que se lida com as descobertas do passado, que perceptivelmente são relações desenvolvimentistas do presente, busca categorizar os grupos sociais. Vale entender que as mudanças que vão ocorrendo são olhares

para o antigo, para que possamos melhorar o hoje. A *identidade social*, ao longo do tempo, marcou diversas civilizações, tanto para o bem, quanto para o mal. “O passado é sempre construído a partir do presente e em função do presente” (SCHAAN, 2006, p. 28). Com isso, busca-se que o presente interaja com o passado e ressignifique, promissora, as atuais condições sociais, marcando e gerando desenvolvimento, mesmo tencionado a diversas significações.

Borges (1993, p. 9) ainda expõe que, como qualquer outro campo de conhecimento em busca da verdade, a história é uma constância da realidade, e “o conhecimento que ela produz nunca é perfeito ou acabado”. O conhecimento histórico é tão complexo, que, dentro dessa perspectiva de realidades, há campos específicos para uma melhor realização das pesquisas. “Somente a história da história pode nos fazer compreender como hoje ela se apresenta” (BORGES, 1993, p. 9-10). Assim, busca-se entender percepções dentro da história, fica revelada a forma com que é produzido esse conhecimento, podendo haver uma grande quantidade de material a ser observado, possibilitando ao pesquisador restringir-se a contextos que, em sua percepção, explicaria melhor um acontecimento. Então, ao citarmos a história, precisa-se ver em que contexto ela está inserida.

Relacionando possibilidades e ações da história e da arqueologia, Caldarelli (2007, p. 155) entende que “[...] a História (e podemos incluir aí a Arqueologia) não é a crônica real dos acontecimentos do passado, mas o modelo de passado criado pelo historiador (e, portanto, pelo arqueólogo)”. Sendo assim, a história é sinônimo dos registros escritos e restos de objetos deixados pelas sociedades, mas também são formas de buscar entender o passado por meio desses pesquisadores, para interagirem com o presente (CALDARELLI, 2007).

Investigando-se melhor a ligação dessas áreas científicas, é introduzida a interdisciplinaridade, que é a ideia de buscar a intersecção entre estudos de duas ou mais disciplinas. Neste projeto, é pertinente a ligação direta entre as disciplinas de História e Arqueologia. A respeito, Robrahn-González (2006) explica que:

A relação que a Arqueologia estabelece com as diferentes áreas de conhecimento – uma vez que é uma ciência verdadeiramente interdisciplinar, fruto da somatória de cada disciplina científica e humanista – é mais um dos fatores que faz com que muitas pessoas se sintam próximas a ela. Isto se aplica, por exemplo, ao caso da estabilidade e mudança ambiental: através do conhecimento da sucessão de experiências humanas ocorridas sobre um ecossistema, é possível refletir sobre alternativas de gestão e manejo, trazendo uma visão mais global e tangível ao tema (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p. 66).

Para Borges (1993), no final do século XX, ficou claro que a história sempre foi contada por percepções burguesas, em busca da dominação das demais classes. Obviamente, não existe uma dominação por completo: “a dominação tem suas próprias contradições e ambigüidades” (p. 44). Com isso, a pesquisa histórica está emergida em sequência mutável. Os trabalhos históricos são dados construídos pelos próprios historiadores. “A história se faz com documentos e fontes, com idéias e imaginação” (p. 46). Nesse viés, Borges (1993) constata que as *transformações* são um fator primordial na correlação das constantes interações, pois “nada permanece igual, e é através do tempo que se percebem as mudanças” (p. 50).

A pesquisadora Robrahn-González (2006, p. 64) compreende que “a Arqueologia é, em essência, a busca desta história de experiências humanas”. Bem antes da arqueologia se tornar uma *disciplina*, as sociedades humanas já tinham inúmeras formas de entender o *passado*, nos mais distintos intervalos da história. “De fato, a História da Arqueologia é, antes de mais nada, uma história de ideias e de descobertas, de formas de olhar o passado” (p. 64). Cada pesquisa do presente se faz com o olhar do presente, ou seja, “[...] bebendo do seu próprio tempo [...]” (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p. 64), mas a partir de entendimentos do que veio antes.

O termo arqueólogo, de acordo com Costa (2017), refere-se ao profissional instituído no campo científico que é responsabilizado pela formação e investigação do então material pesquisado e chamado de acervo arqueológico. Esse é geralmente o agente responsável por todas as etapas dentro de uma pesquisa arqueológica, podendo caracterizar, esmiuçar e juntar esses achados, com liberdade de transformá-los em “[...] acervos dos museus e outras instituições de guarda e pesquisa” (p. 225). O arqueólogo é um perito, cujas habilidades servem para a realização necessária dos parâmetros legais, dentre as fases e instituições ligadas às pesquisas. O entendido, por sua vez, será o intermediário “[...] direto pela destinação de guarda do material, por escolher e negociar com a instituição que gerará o endosso institucional” (COSTA, 2017, p. 225).

Robrahn-González (2006, p. 63) afirma que “todo ser humano é, em algum ponto de sua essência, um arqueólogo”. Revela, com essa reflexão, uma arqueologia registrada a partir de princípios desses habitantes, nascendo uma construção da história desses povos, das mais variadas maneiras de expressão de conhecimentos. É possível perceber, portanto, por meio de pinturas, histórias orais, entre outras, passando-se, de geração para geração, os conhecimentos adquiridos. Diante do conhecimento de seu passado, o futuro será cheio de possibilidades,

mantendo e construindo melhores realidades para o desenvolvimento humano do presente (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006).

Funari (2003) conta que a arqueologia se desenvolveu na era imperialista, como resultado de potencialidades expansionistas, a exemplo das potências europeias e os Estados Unidos, no século XIX. Os primeiros denominados arqueólogos, até então, eram considerados *aventureiros*, tornando-se influenciadores da disseminação do campo arqueológico. A partir dos livros e cartas de Heinrich Schliemann (1822-1890), foi possível desenvolver a série de filmes *Indiana Jones*, no fim do século XX, que se tornou, assim, o mais *famoso arqueólogo* e ousado pesquisador em seus trabalhos (FUNARI, 2003). Suas histórias estavam voltadas a grandes aventuras e tesouros, o que levantava grandes interesses pela área.

Para Monticelli (2005), a arqueologia e o sentido desta permanecem de acordo com a relação histórica que esteja integrada e condicionada pelos arqueólogos, nos estudos desenvolvidos, perante as realidades vividas socialmente. Reis (2003) ainda acrescenta que “[...] o arqueólogo é visto como um sujeito observador e produtor, inserido no contexto social, político, cultural e ideológico do presente” (apud MONTICELLI, 2005, p. 47), ficando evidente que a arqueologia é uma área ativa dentro das questões humanísticas.

Esclarece Funari (2003, p. 15) que “[...] a arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico”. Portanto, esses estudos estão diretamente ligados à compreensão de contatos culturais e das diferentes mudanças dentro de um grupo social (FUNARI, 2003).

Em suma, Lima (2011, p. 14) narra que a ideia arqueológica se desenvolveu a partir do que era “estético da cultura material do mundo antigo”. Posteriormente, as buscas foram por períodos mais arcaicos, materiais que fizeram parte do início do homem na terra, a então chamada cultura material. A arqueologia desenvolveu procedimentos próprios, buscando conhecer e relatar informações adquiridas. “Embora bem sucedida ao longo de praticamente um século, ela custou a se dar conta da circularidade em que caiu, ao produzir mais informações do que propriamente conhecimentos” (LIMA, 2011, p. 14). A arqueologia, como qualquer outra área, está sujeita a mudanças, pois também é resultado de ações e reações frequentes (LIMA, 2011), integradas ao posicionamento social, já que, se houver novas perguntas, a elas surgirão respostas.

Buscando entender mais sobre assuntos arqueológicos, Costa (2017) destaca, em primeiro lugar, que instituições como universidades e centros de pesquisa estabelecem

formações a esses pesquisadores, dentre arqueólogos, museólogos e conservadores, responsáveis pela união e desenvolvimento do material resguardado. Em um segundo momento, visa que esses também trabalhem sobre a geração e guarda dos objetos, estando presentes “na execução de pesquisas e realização de guarda nos laboratórios, núcleos e museus universitários [...]” (p. 229). Dentro desses parâmetros, a pesquisa e as informações científicas se desenvolvem mais a partir do acervo disposto nos centros universitários e centros de pesquisa, ocorrendo bem menos em empresas contratáveis (COSTA, 2017). Aqui, fica clara uma diferença investigativa referente ao material arqueológico.

Como explica Prous (1992), a *arqueologia histórica* é identificada como área do saber voltada para o entendimento das evidências de relações europeias, que, pertinentemente, estão dispostas em documentos escritos. Nesse viés, a arqueologia, que estuda os indicadores anteriores ao período de relação europeia, “[...] passa a ser ciência *auxiliar* para o historiador ou cientista social” (PROUS, 1992, p. 543, grifo do autor). Assim, não deixando de ter seu valor, com o fim do século XX, ganha destaque na salvaguarda dentre a memória nacional.

Conseqüentemente, as pesquisas arqueológicas e o trabalho do historiador se complementam, buscando, de forma incessante, reproduzir momentos importantes do passado. Desse modo, “[...] a arqueologia é, antes de tudo, um trabalho minucioso de coleta e interpretação dos documentos em seu contexto imediato, e [...] as sínteses só são possíveis depois de longos esforços em pesquisas de alcance limitado” (PROUS, 1992, p. 565).

Em meio às pesquisas, Costa (2017) expressa que os *bens arqueológicos* produzidos por profissionais da área devem ter relação direta com a sociedade. Mas o que serve também como crítica é que essa apropriação do material arqueológico não está voltada, significativamente, para a sociedade como *herança social*, pois a população, como um todo, dificilmente acessará tais informações. Ocorre que somente uma pequena parcela tem acesso às informações produzidas, entretanto sem um olhar de pertencimento (COSTA, 2017).

Em diálogo, Lima (2011, p. 12) discorre que “se, por um lado, Arqueologia é estudo da cultura material, por outro, os estudos de cultura material transcendem a prática arqueológica”. A materialidade, dentro dos grupos humanos, é pertinente para o autodesenvolvimento, pois reflete características intrínsecas dispostas em objetos, envolvendo todos os meios sociais e políticos dentro da sociedade, tornando-se historicamente cheios de vida (LIMA, 2011). São objetos, assim, olhados como coisas que contam diversas histórias, dependendo da inserção de significados.

Portanto, conforme Robrahn-González (1999, p. 11), “a história da arqueologia é, antes de mais nada, uma história de ideias e descobertas, de discussões teóricas, de formas de olhar o passado”. Posteriormente, são trazidas as transformações metodológicas, cuja função é transformar e buscar resolver as ideias e teorias para melhor entendermos as fases historicamente humanas. E mais: “Cada olhar do passado é um reflexo ou produto de seu próprio tempo” (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999, p. 11). Assim, a pesquisa arqueológica está em constante desenvolvimento, uma vez que as pesquisas não param.

1.2 Arqueologia no Brasil

Os estudos arqueológicos, no Brasil, são fundamentalmente voltados ao estudo dos povos indígenas, que habitavam neste território muito antes da colonização. Como prova de sua existência, são encontrados vestígios materiais que servem como prova histórica. Nesse sentido, segundo Barreto (1999), destaca-se o chamado *período pré-cabralino* do Brasil.

Desde a invasão estrangeira sobre essas terras, há mais de meio século, inúmeras interpretações sobre sociedades do passado foram elaboradas. “Há 500 anos que estes restos têm sido a matéria-prima para a construção de um passado pré-colonial brasileiro” (BARRETO, 1999, p. 33). Por outro lado, o autor aponta uma grande problemática nacional dos estudos arqueológicos: uma constante desqualificação “[...] das raízes indígenas [...]”, algo que, poucas vezes, estarão abordando na “(pré)história nacional” (p. 33).

De acordo Robrahn-González (1999), a história da arqueologia no Brasil foi sucedida em quatro fases muito importantes: o período *Especulativo* (1492-1840), referente a uma época de diversas descobertas culturais, visto que, no Brasil, relatos indígenas eram descritos por estrangeiros; o período *Descritivo-Classificatório* (1840-1914), que chega com uma visão de sistematização científica, referente a feitos humanos, aqui no país, que surgiram a partir de estrangeiros naturalistas, sendo “[...] as primeiras descrições sistemáticas e específicas sobre as ocupações indígenas, por vezes incluindo sítios arqueológicos” (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999, p. 16).

Em seguida, o período *Histórico-Classificatório* (1914-1960) se constitui com a divisão das peças catalogadas. Por meio desta, compreende-se o anseio pela cronologia étnica. Por último, tem-se o período *Moderno* (1960-2000): cansados da *arqueologia tradicional* e do olhar somente ao passado, buscaram-se pesquisas críticas, com metodologia de entender as mudanças sociais e econômicas dentro das sociedades (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999).

Barreto (1999, p. 40) complementa, afirmando que o modernismo traz ações preservacionistas nacionais, por meio do “patrimônio materializado” em “sítios, monumentos e edifícios”, transformando esses em aprendizados, já que entender o patrimônio de onde se vive é ser mais atuante sobre a história que o pertence.

Ainda segundo Robrahn-González (1999), a partir dos anos 2000, as pesquisas se tornaram mais coniventes às necessidades modernas, pois, em geral, enfatizam “[...] o valor do passado para o mundo contemporâneo, a partir dos ensinamentos que esse passado possa fornecer” (p. 24). A autora reconhece que sociedade deva tratar sua herança cultural com pertencimento, com importância adequada, já que é um fator limitado ao homem, carregada de fragilidades em meio a sociedade (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999), portanto fragmentos da história humana.

O agravante da história da arqueologia nacional, como explana Barreto (1999, p. 34), refere-se à “[...] ruptura irreversível na sua história, que foi o extermínio das populações indígenas e a construção de uma sociedade nacional branca, não indígena”. Fica claro o quanto a arqueologia reflete sobre as fases históricas, na insaciável busca por conhecimento, e logo vêm os questionamentos: para que serve o arqueólogo dentro de um grupo social e o que esse grupo espera desses estudos? Basicamente, “anseia e exige que o arqueólogo produza sobre o passado pesquisado” (BARRETO, 1999, p. 34) e, com isso, ofereça respostas plausíveis à sociedade.

Por meio dessa influência na forma de entender as diversas ciências, que buscam capacidades, a arqueologia brasileira é caracterizada pela interdisciplinaridade. Segundo Funari (2003), está diretamente ligada à Pré-História e à arqueologia histórica, cujas pesquisas seguem suas linhas de produção. A primeira se configura sobre o início dos grupos humanos na América, os meios utilitários dos objetos produzidos, corriqueiros à organização social. Já dentro da arqueologia histórica, as pesquisas são direcionadas em torno “[...] da diversidade étnica e cultural do Brasil” (FUNARI, 2003, p. 22).

Nesse contexto, Funari (2003) explana que, dentro dos grupos sociais categoricamente avançados, a ciência arqueológica está ativamente participando do meio. Já em território brasileiro, por sua vez, há um distanciamento perante todos os grupos que nesta terra vivem. Entretanto, dentro da arqueologia brasileira, têm-se sido observadas grandes mudanças positivas, “com a inserção, tanto na sociedade brasileira, como na ciência internacional” (FUNARI, 2003, p. 83). Como exemplo, mudanças relevantes podem ser averiguadas nos livros didáticos, no que diz respeito aos conhecimentos da ciência arqueológica.

A comunidade, aos poucos, durante os anos, junto à mídia, em suas diversas formas de comunicações, está conseguindo se expandir, sendo bastante importantes também as universidades, com suas pesquisas científicas (FUNARI, 2003). Vale lembrar que todos esses desenvolvimentos e transformações abordadas foram à base de muita luta, força de vontade, por parte da população e dos pesquisadores acreditarem e continuarem acreditando na ciência.

Barros (2011, p. 30) designa que “particularmente a História, no decorrer do século XX e além, foi beneficiada por uma longa história de contribuições interdisciplinares às concepções e abordagens dos historiadores”. Com esse destaque, demonstra que uma forma de melhorar as informações e debates seria reunir pontos de duas ou mais disciplinas que consigam conversar sensivelmente sobre um mesmo assunto. Assim, coloca-se um perante o outro, desenvolvendo uma forma de ver a realidade que os rodeiam e, principalmente, a ação que estruturará a alta visão pessoal (BARROS, 2011). Nesse contexto, permite-se interpretar várias histórias com seus parâmetros e depois buscar formas de compreender em que aspectos elas se complementam, apresentando maiores chances de entender um determinado conteúdo.

A partir das ideias de Pierre Nora (1993), historiador francês componente da terceira geração da Escola dos Annales, ligada ao campo da chamada Nova História, percorre-se o contexto de *adequação da história*. “Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (p. 9). A história sempre busca entender um determinado momento, com inúmeras indagações, mas estando consciente de um passado incompleto. Assim sendo, é a responsável por buscar conhecer as diferentes eras, sob condutas largamente críticas. A história interliga tudo e a todos, tornando-se parte das coisas, não pertencente às pessoas, mas fazendo parte das mudanças que integram diferentes sociedades e gerações.

O que muito pode acontecer sobre a forma de visualizar o passado sob a perspectiva da história, por ser *relativa*, é então instigar que a contextualização histórica está diretamente ligada à não fidelidade do passado, mas podendo também o matar por completo, descontextualizando, seguindo uma linha errônea. “O arsenal científico do qual a história foi dotada no século passado só serviu para reforçar poderosamente o estabelecimento crítico de uma memória verdadeira” (NORA, 1993, p. 10). Tudo que foi integrando à história repercutiu ao todo, tornando-se uma *memória coletiva* (NORA, 1993).

De acordo com Leite Filho, Gaspar e Torres (2008), o estado do Maranhão foi território de inúmeras atividades humanas, ao longo do tempo, as quais, em sua grande maioria, deixaram resquícios de suas presenças. Hoje, esses locais são denominados de *sítios*

arqueológicos. “A arqueologia estuda o passado do homem desde os tempos mais remotos até períodos mais recentes” (LEITE FILHO; GASPAR; TORRES, 2008, p. 1). Com os vestígios materiais, os arqueólogos buscam montar o quebra-cabeça envolvendo o grupo do qual o material fez parte. Então, o antes e o depois da chegada dos europeus são objetos de estudo aos pesquisadores. “A herança desses povos, o surgimento das cidades, o crescimento da produção e consumo de bens, o comércio e as práticas sócio-culturais vão estar refletidos nos sítios e nos artefatos característicos de cada época [...]” (LEITE FILHO; GASPAR; TORRES, 2008, p. 1). Com isso, é assimilada, pelos pesquisadores, a história dos povos estudados.

Mais recentemente, por intermédio da Lei 11.645/2008, desenvolveram-se parâmetros que estabelecem “[...] as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’” (BRASIL, 2008, p. 1). Observa-se que há realidades para todas as literaturas e que cabem dentro da cultura e do aprendizado nacional, coletando-se diferenças e relações, nessas percepções históricas.

Busca-se, assim, reavivar a valorização cultural. Historicamente, houve uma percepção indiferente a esses povos nativos que aqui viviam e ainda tentam resistir. A inexpressividade do olhar europeu sobre a nação brasileira enfocava que toda sociedade é contemplada de saberes. Portanto, engloba as mudanças que ocorrem no meio histórico, no meio social e cultural dos povos.

CAPÍTULO II

COMPETÊNCIAS MUSEOLÓGICAS

Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não pára
Não pára não, não pára

(*O tempo não pára*, Cazuza, 1988)

2.1 Museus e museologias

A forma abrangente e o desenvolvimento dos museus se deram ao longo dos impérios, civilizações, continentes e países. Observando a crença e a cultura, fica evidente, na atualidade, o porquê de haver a categorização desses ambientes, que na realidade são carregados de histórias humanas, fragmentadas pelo tempo. Muchacho (2009) retrata o museu e suas correlações, compreendendo que *museu* originou a partir do grego *mouseion*. “Em Atenas, o *mouseion* existia no Hélicon, com tesouros preciosos oferecidos às divindades, sendo o local onde as nove musas, filhas de Zeus e de Mnemosine (deusa da memória) moravam” (p. 15). Cada musa tinha uma função, diante da dualidade cultural, dentre a mitologia. Logo, o Humanismo foi o responsável pela disseminação do colecionar e do manter as antiguidades (MUCHACHO, 2009).

A museóloga e educadora de museus Marília Xavier Cury (2006) aborda leituras e releituras, para aprimorar a percepção da *comunicação museológica*. Com clareza, revela que a sociedade é participativa, denominando a significância das coisas expostas, em decorrência das capacidades interpretativas pessoais, adquiridas ao longo de suas vidas: “[...] entende-se que o público é participante do processo museológico porque ele traz para o museu [...]” histórias vivas (CURY, 2006, p. 33).

Essas redefinições estão diretamente ligadas à cosmovisão, ou seja, à ideia de que a forma de ver o mundo é pessoal. Geralmente, para se entender algo, desenvolvem-se linhas comparativas para se chegar a uma ideia mais plausível. Portanto, escutar ou ler sobre as possíveis significâncias dos materiais gera uma nova rede de significados sobre o objeto musealizado. Assim:

[...] a comunicação museológica é comunicação dos sentidos patrimoniais e as mensagens implícitas e explícitas [sic] em uma exposição são proposições de significados que serão (des)construídos, reelaborados, negociados, trocados, pelo visitante em atitude dialógica com o museu (CURY, 2006, p. 33).

O que podemos perceber, na realidade, são as mudanças significativas que esses ambientes têm tomado, tornando-se ativos no compromisso de dissipar conhecimento, repercutindo entre o espaço museu e as ações museais. De acordo com Desvallées e Mairesse (2013), a categorização dos ambientes museais transformaram épocas, levaram significados às coisas, ideias. Contudo, houve grandes expansões na forma elementar de seus objetos para exposições. “Concretamente, o museu trabalha com os *objetos* que formam as *coleções*” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 22, grifo dos editores).

A percepção humana, ao longo do tempo, gera transformações importantes perante as instituições museológicas, pois representam grupos sociais e estratégias aos públicos-alvo. Assim, continuam desenvolvendo ideias sobre a gama de fatores, em torno das finalidades dos museus. “A comunicação, ela mesma, compreende a *educação* e a *exposição*, duas funções que são, sem dúvida, as mais visíveis do museu” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 23, grifo dos editores).

É percebido, assim, que o educar alargou passos, principalmente nas últimas décadas, abordando e acrescentando a *mediação*. A noção de *gestão* vem fomentar o desenvolvimento, já que esta perpassa todo diálogo museal, todos os âmbitos nessas instituições. “O mesmo se percebe em relação à noção de *arquitetura* de museu, cuja importância crescente leva a uma transformação do conjunto de outras funções” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 23, grifo dos editores).

O museu, ainda sob a perspectiva de Cury (2005), é um espaço de inúmeras interações, evocando um ambiente que preserva e comunica. Sinteticamente, “a comunicação é um processo que transcorre entre [...] dois pólos – o emissor e o receptor” (CURY, 2005, p. 15). O museu é somente observável pelo grupo social, se comunicado por tal instituição. Assim, Cury explana quatro pontos que envolvem o museu:

Primeira: o museu tem uma responsabilidade social única: não há outra instituição que se ocupe do estatuto do objeto, preservando-o e comunicando os seus significados. Segunda: comunicação e cultura são articulações mútuas, definindo um processo de comunicação cultural, aquela em que a dimensão e a dinâmica comunicativa da cultura estão em primeiro plano. Se cultura e comunicação estão imbricadas, a cultura material – aquela que se estabelece a partir da relação dos homens entre si mediada pelo objeto – e comunicação museológica – aquela mediada por instituições preservacionistas – também estão. Terceira: cultura e comunicação se articulam com educação porque o museu propõe um processo de (re)significação do objeto que se realiza no bojo da cultura material por meio da comunicação museológica, processo consciente para os participantes que aceitam, rejeitam, propõem, negociam o bem ressignificado. O próprio ato de musealizar –

retirada do circuito comercial e inserção no circuito museal – é (re)significação cultural e é discutido com o público. A educação preconizada pelo museu é, sobretudo, de natureza atitudinal pois se realiza na perspectiva da construção de valores patrimoniais. Quarta: o museu trabalha na perspectiva da comunicação social (CURY, 2005, p. 14-15).

Em 14 de janeiro de 2009, foi sancionada a Lei nº 11.904, a qual institui o estatuto dos museus e dá outras providências, compondo que as instituições museológicas ficam conhecidas a partir das normas citadas no art. 1º, sendo considerados ambientes reclusos à lucratividade e mantendo-se focados no desenvolvimento interativo entre o meio técnico e o social, perdurando ao “[...] estudo, pesquisa, educação [...]” (BRASIL, 2009, p. 1). Contudo, é prevista também a ação de exercer o diálogo perante às formas, sentimentos, importâncias no exercer do instrutivo sobre o coletivo.

O parágrafo único do mesmo art. discorre: “Enquadrar-se-ão nesta lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades” (BRASIL, 2009, p. 1). Com isso, é possível entendermos a importância que este trabalho aborda para a sociedade, buscando compreender momentos, para então formar pensamentos mais críticos. Para os efeitos do parágrafo único do art. 2º, os “[...] princípios basilares do Plano Nacional de Cultura e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural” (p. 1) têm como finalidade o respeito ao meio social e suas parciaisidades.

Outro documento, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, em sua Seção II (*Da Cultura*), expressa que a realização museológica está assegurada. Os artigos 215 e 216 abordam o resguardo dos bens culturais e fomentam o meio cultural socialmente. O primeiro afirma que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 2016 [1988], p. 126). Em fomento, a lei estabelece coesão entre funções e funcionalidades, que, utilizadas, perdurariam a grandes realizações sociais.

Tomando as percepções de valorização ao que remete conhecimento, o art. 216 da CRFB defende que “[...] constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 2016 [1988], p. 126). É aí, então, percebido que a valorização do contexto público

tem ganhado destaque nas interações da promoção do conhecimento com o poder público, garantindo essa manutenção preservativa.

A partir dos estudos de Cury (2006), revela-se um emaranhado de ações para tornar-se um espaço em uma instituição museológica. Assim, a autora explica que “a exposição para um museu é a sua parte mais visível” (CURY, 2006, p. 33). Diante disso, esclarece que não é somente preservar, mas desenvolver estudos para chegar a capacidades museológicas, relações que resguardam e transmitam conhecimentos. São as exposições de coleções dos materiais arqueológicos que dão às instituições museológicas o verdadeiro significado e significância aos museus.

Assim, fica evidente que “a exposição e a ação educativa são manifestações da política de um museu e, para o público, é o que define a instituição. Há uma verdade nisto, pois são os usos que o público faz dos museus que lhes dão forma social” (CURY, 2006, p. 40). A funcionalidade deve seguir categorias de representações perante as instituições, nesse viés. A autora esclarece que a exposição museológica traz o verdadeiro jargão dentro da capacidade expositiva (CURY, 2006).

A Museologia, a partir de Desvallées e Mairesse (2013, p. 58), é vista como algo que “[...] ultrapassa a lógica única da coleção para estar inscrita em uma tradição que repousa essencialmente sobre a evolução da racionalidade, ligada à invenção das ciências modernas”. Portanto, o material arqueológico instigado à musealização está categoricamente inserido ao meio técnico.

A partir do Renascimento, o uso dos sentidos e pesquisas sobre os materiais vem estabelecendo uma linha de entendimento. Com isso, ao estudar as diferentes representações museológicas, “não se trata de contemplar, mas de ver: o museu científico não apresenta somente os objetos belos, mas convida à compreensão dos seus sentidos. O ato da musealização desvia o museu da perspectiva do templo para [...]” aproximá-lo das oficinas laboratoriais (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 58), mantendo uma busca de significação contínua desses espaços.

A partir das compreensões de Carvalho e Funari (2007), tem-se que, ao fim dos anos 1960, momento de muita tensão, devido a grandes mudanças que ocorriam na época, pesquisadores dos campos arqueológicos e museológicos decidiram estruturar essas áreas do conhecimento, “[...] com o intuito de promover ações sociais efetivas e transformadoras [...]” (p. 133). Por exemplo, houve o surgimento da *Nova museologia*, concebendo espaços de

interações democráticos e críticos, esclarecendo que “[...] definições variam no tempo e no espaço” (p. 133).

Nesse processo de desenvolvimento, a arqueologia tem seus debates de funcionalidades. Com a criação da Arqueologia Pública, grande parte de seus pesquisadores indicavam que toda área vinculada à arqueologia deveria ser pública. “É uma área da Arqueologia voltada para o interesse público em geral” (MERRIMAN, 2004 apud CARVALHO; FUNARI, 2007, p. 134).

Em significância, Algustin (2015, p. 12) explica que “os museus são por excelência o repositório de bens patrimoniais de uma sociedade”, porém estão abertos a diversas intenções, gerenciando comportamentos desenvolvimentistas, os quais são intrínsecos a cada instituição. Portanto, em meio a uma gama de interpretações, estima-se que os museus começam a ser abordados ainda na era colonial, sinônimos das ações acumulativas. Diante disso, itens que antes detinham valor comercial transformaram-se em *objeto histórico* (ALGUSTIN, 2015, p. 12).

2.2 Educação museal

A *educação museal* está diretamente vinculada ao trabalho de desenvolvimento institucional. Algustin (2015, p. 15) afirma que “a ideia de educação museal está vinculada às de aprendizado, instrução, transmissão de conhecimento e de valores, desenvolvimento, reflexão, compreensão [...]”. Portanto, o material resguardado e exposto é transformado em conhecimento, a partir das devidas análises. Com isso, a partir de bons trabalhos desenvolvidos, associações que impulsionam pesquisas arqueológicas ganham credibilidade social, pelos esforços e resultados gerados.

Entretanto, o museu, de acordo com o Conselho Internacional de Museus (ICOM), compreende o manter de todos os detalhes significativos referentes ao acervo preservado. Isso porque esses espaços de valores entendem que “a preservação existe na valorização proporcionada pela aquisição e pela pesquisa, na estabilidade fornecida pela conservação e na acessibilidade e difusão intrínsecas à comunicação museal e à exposição” (ALGUSTIN, 2015, p. 15). Categoricamente, *preservar* é o fator primordial das ações museais.

Boylan (2004), logo na introdução da obra *Como gerir um museu*, reproduz três fatores primordiais quanto à responsabilidade institucional. Implica saber que entender e

exercer tais funções primam recorrer às responsabilidades de manter e desenvolver o funcionamento adequado. Assim, Boylan relata:

- 1 . para novos ou futuros profissionais de museu com experiência mínima de como gerir um museu;
- 2 . para os profissionais experientes e técnicos nas diversas áreas de trabalho especializadas do museu, explicando-lhes sobre as responsabilidades e trabalho dos seus colegas de outros departamentos e especialidades;
- 3 . como um recurso valioso nas discussões internas, sempre necessárias entre o pessoal e as autoridades administrativas sobre o desempenho actual e a futura política e direcção da sua própria instituição (BOYLAN, 2004, p. vii).

Presidente do Comitê de Ética do ICOM, Lewis (2004) defende que o papel dos museus é que estes detentores dos acervos os transformem em conhecimento transferidos à sociedade. “Tem um estatuto especial na legislação internacional e normalmente, existe legislação nacional para a proteger. Faz parte do património natural e cultural mundial e pode ser de carácter tangível ou intangível” (LEWIS, 2004, p. 1). Nesse meio, trazendo para a realidade museal nacional, ajudam na distribuição de informações, desenvolvendo uma *identidade nacional*, nascida anteriormente em território europeu. Além disso, observam que o património histórico seria melhor conservado em organizações museológicas, dentre as diversas nações (LEWIS, 2004).

Na atualidade, Boylan (2004) vê a relação museal pressionada de atributos para serem atribuídos a essas instituições, dando importantes percepções à diversidade social, em variadas idades e formações. Dentro desse processo, a prática se configura a partir de cada colaborador “[...] do museu cooperar entre si e trabalhar em conjunto como uma equipe, para rapidamente desenvolver uma compreensão do trabalho e das responsabilidades de todas as pessoas que trabalham no museu” (BOYLAN, 2004, p. viii). Com isso, tais estruturas são dadas como ações organizacionais. Portanto, a forma desses espaços de expressar suas ideias, e, em segundo, as mostras ao público são lugares onde o aprendizado está aberto em dois lados, museu e visitante (BOYLAN, 2004), construindo o verdadeiro aprendizado detento do falar e do ouvir.

Segundo Cury (2006, p. 33), “a dinâmica de um museu opera a partir do processo museológico e este não é linear”. As relações de trabalho, nessas instituições, compreendem intervenções periódicas, sendo um emaranhado de situações e ações dinamizando uma à outra. Dessa forma, fica claro que “o processo curatorial é a cadeia operatória cíclica que compreende a formação do acervo, pesquisa, salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e educação)” (CURY, 2006, p. 33). Com isso, vão se dando etapas

por concluídas, mas sempre instigando novas realizações a serem tomadas; dentre todos os esforços, a extroversão acompanha cada singularidade do todo (CURY, 2006).

A partir da compreensão de Lewis (2004), dentro das *instalações* do museu, o responsável pela administração deve assegurar um espaço adequado para que haja um trabalho de qualidade. Assim, “o museu e o seu acervo devem estar disponíveis a todos, a horas razoáveis e em períodos regulares com as normas apropriadas para assegurar a saúde, segurança e acessibilidade dos seus visitantes e pessoal” (LEWIS, 2004, p. 6-7). O museu é um lugar de integração, portanto se deve olhar sempre para o público no todo, como também para os com necessidades específicas (LEWIS, 2004). Fica vigente o quão instigante se torna uma instituição museológica, cheia de possibilidades, histórias, aprendizados, por meio da interdisciplinaridade e humanidade, se for seguida.

Pontuando assim, Ladkin (2004) alerta que, em meio às pesquisas, devem ser construídas formas de assegurar o acervo, havendo também a reprodução imagética dos materiais com vistas à construção dos registros. Para exemplificar, “a fotografia não só é um registo visual de um objecto como também ajuda na investigação, educação e recuperação de um objecto, caso este esteja extraviado e como prova de defesa para reivindicar o seguro, por perda ou roubo” (LADKIN, 2004, p. 27). Por meio desta, também é possível entender o nível de estabilidade resguardado. Assim, a longo prazo, tais dados poderão ser usados como suporte de averiguação (LADKIN, 2004).

Quanto à *política de aquisições*, Lewis (2004) informa que as instituições museológicas estão sobre o tripé – obter, manter e expor os materiais resguardados. Desse modo, o “[...] acervo constitui um património público significativo que envolve o conceito de confiança pública” (LEWIS, 2004, p. 8). Adentrando ainda o poder público, o autor aborda as aplicabilidades tomadas. Todo e qualquer material, resguardado e exibido, deve estar assegurado perante a documentação. Ao todo, pode-se selecionar materiais arqueológicos para “fins pedagógicos”, desenvolvendo mais uma particularidade na extroversão de conhecimento (LEWIS, 2004).

A concepção de Brüninghaus-Knubel (2004) relaciona formas e ações ativas dentro de instituições museológicas. Afere, assim, comportamentos mutáveis na sociedade, entrando em ligação com tais ambientes, permitindo, de tal modo, a aplicabilidade educativa, ao conhecer a relação cultural, tanto formal, quanto informal. A extroversão educativa dos museus estaria mais próxima de sua totalidade, já que o conhecimento não é nada sem o usufruto do debate. Demonstra aqui, “por conseguinte, [que] é importante que toda acção

museológica tenha como objectivo servir o público e a sua educação” (BRÜNINGHAUS-KNUBEL, 2004, p. 129). As instituições acrescentam relações e valores do meio ensino/aprendizado. A multiplicidade da educação informal, junto à formal, transpassa o minimalismo do conhecimento, diante da sociedade (MUCHACHO, 2009). Portanto, compreende-se que:

A educação contínua a pessoas de todas as idades, desde crianças muito pequenas a pessoas aposentadas mais velhas – de menos de três a mais de noventa e três anos - pode ocorrer nos museus: O indivíduo usufrui da oportunidade de uma visita aberta, informal e de comunicação com outros (de certo modo, diferente do teatro e dos concertos) enquanto os grupos têm experiências diferentes das do seu ambiente de aprendizagem habitual. Os serviços educativos dos museus também aumentam e complementam a compreensão e o entretenimento do acervo e das exposições. Porque é uma parte crucial dos objectivos gerais do museu, a educação deve ser considerada como uma das metas principais da política do museu. Sem este compromisso de política, a educação do museu tende a ser vista como uma mera tática de marketing com vista a aumentar o número de visitantes (BRÜNINGHAUS-KNUBEL, 2004, p. 129).

Em meio a isso, Monticelli (2005) expõe que, entre os arqueólogos, há aprovação sobre o não resgate total da área investigada. Isso significa que o pesquisador tem a capacidade e a liberdade de resguardar materiais que melhor expliquem certos acontecidos, considerados mais relevantes e apropriados. Nesse sentido, “os arqueólogos têm o poder de determinar o que é patrimônio arqueológico e qual deles é relevante e deve ser poupado dos impactos ou resgatado antes das obras” (MONTICELLI, 2005, p. 57-58). Não há incompatibilidade de que o trabalho desses profissionais tenha criticidade, mas estes devem ser atentos para as ações tomadas, caso queiram continuar esses estudos (MONTICELLI, 2005), mantendo o fator científico, durante a pesquisa.

Ainda dentro dos estudos dos autores Desvallées e Mairesse (2013), a arquitetura (museal) implica construir um ambiente capaz de acolher as variadas especificidades que com que irá desenvolver as pesquisas, integrando, ainda, a exibição do acervo, as maneiras conservativas, direção e, claro, os trâmites para com os visitantes. Configura, assim, ações que aprimorem e desenvolvam meios de extensão comunicativa.

2.3 Reserva técnica

As reservas técnicas são partes fundamentais dos museus e centros de pesquisas. Ambos não existiriam sem o outro. De acordo com Amaral (2012 apud PEREIRA, 2017, p.

69), o termo *reserva técnica* (RT) ocorreu “quando se deixou os gabinetes de curiosidades para buscar apresentar o patrimônio de forma mais atrativa e para um público mais diversificado”. Diante dessa perspectiva, de favorecer alguns materiais do acervo sobre outros, o ambiente de resguardo foi assim estipulado – espaço esse que vem se debruçando sobre opiniões, desde seu surgimento. *Reservas técnicas* e *exposições* seguem uma mesma linha, a qual seria de transmitir e sociabilizar os dados catalogados. É, também, pertinente o *patrimônio arqueológico*, que serve de representação de todo o acervo (PEREIRA, 2017). Contudo, a reserva, em especial, está destinada a constantes diálogos culturais e sociais.

Segundo Mirabile (2010), a RT pode ser definida sobre três instâncias, que aguçam o real sentido e o desenvolvimento desse espaço crucial para o desenvolvimento das pesquisas sobre os materiais arqueológicos:

- (i) Responder às exigências da conservação, limitando e antecipando os riscos de degradação, substituindo-os por condições favoráveis da conservação.
- (ii) Facilitar o acesso às coleções, a fim de favorecer o estudo e a difusão dos bens culturais.
- (iii) Permitir a movimentação das coleções, garantido a preservação e a segurança dos bens culturais (MIRABILE, 2010, p. 5).

Brüninghaus-Knubel (2004, p. 134) explica que há diferentes formas de interação com os espaços museológicos, compreendendo, então, “[...] o visitante individual, quer seja adulto ou criança, [e também] grupos especiais ou escolas”. Esses são, por virtude, personagens dependentes de conhecimento cultural que essas instituições abordam, na extroversão dos objetos. De tal forma,

[...] a meta do pedagogo do museu deve ser a comunicação dos vários valores e aspectos da história cultural ou natural, da arte ou ciência, aos visitantes de tal forma, que estes os compreendam e os possam comparar com a sua própria experiência no campo (BRÜNINGHAUS-KNUBEL, 2004, p. 134).

Uma vez que os espaços dentro do prédio museológico devem conversar, assim também a exposição deve conversar com seus visitantes.

Ainda segundo Mirabile (2010), “as reservas, assim como os espaços de exposição, são partes do museu e não devem ser consideradas como espaço secundário, muito menos serem projetadas como os bastidores de um palco principal” (MIRABILE, 2010, p. 4). Esse espaço culmina com o desenvolvimento museal. Diante disso, “a reserva é o museu” (p. 4), dando, então, destaque e valor ao ambiente, cujo espaço deve ser pensado antes, durante sua

construção e seu uso, seguindo sempre em funções de melhorias. Implica ainda que todos os possíveis reajustes serão de acordo com as necessidades das instituições, primando sempre por qualidade (MIRABILE, 2010).

Perante as atribuições, Ladkin (2004) conclui afirmando que, para uma instituição museal estar em boas extensões, é preciso que a direção responsável pela gestão seja criteriosa, para que fique claro e que haja a gestão do acervo, na qual devem ocorrer também ótimos planejamentos e cuidados expressivos. Cada ambiente resguarda materiais únicos, de várias tipologias, significantes ao patrimônio natural, cultural e científico. Mesmo que esses espaços resguardem materiais distintos, ainda assim há semelhanças. “A gestão do acervo foca-se na preservação das coleções, preocupando-se pelo seu bem-estar físico e segurança, a longo prazo. Preocupa-se assim, com a preservação e a utilização do acervo [...]”, bem como o resguardo das informações, visto que não existe museu sem acervo (LADKIN, 2004, p. 17).

Portanto, para ir de encontro às necessidades do acervo arqueológico, o espaço da reserva técnica deve estar isento de diversos fatores prejudiciais ao material. Nesse sentido, Mirabile (2010) afirma que o espaço deve manter uma “[...] inércia térmica e hidráulica que resulte em impermeabilidade às variações externas de temperatura e umidade” (MIRABILE, 2010, p. 7). Diante disso, a autora chama atenção para detalhes importantes que devem ser considerados para que se garanta a proteção do acervo museal, buscando-se, assim, evitar seu desgaste (MIRABILE, 2010). Perante essa afirmação, nota-se que os cuidados e os ajustes devem ser periódicos, uma vez que o tempo muda sequencialmente, ao longo do ano.

CAPÍTULO III

ENTENDENDO O CENTRO DE PESQUISA EM ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA TIMBIRA E TRAZENDO O RESULTADO DO SÍTIO BARRA GRANDE I

3.1 Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira e a importância regional

Por meio do site oficial da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), busca-se entender os fatores de construção e desenvolvimento do espaço museal, através da luta do Núcleo de Estudos Africanos e Indígenas (NEAI). A partir de 2007, vigorou um projeto de extensão cuja finalidade foi a criação do espaço Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT). Compreende-se, assim, que o CPAHT, além de um espaço museológico, é também uma instituição de guarda e pesquisa, ligada diretamente à UEMASUL, desenvolvendo atividades de salvaguarda, pesquisa e socialização.

O CPAHT trabalha ordenado em três categorias: etnológica, arqueológica e cultura popular do sertão maranhense. Notadamente, possui, em seu acervo, materiais pertencentes aos povos indígenas da família linguística Macro-Jê, denominados de Timbira, que significa *o amarrado*, denominados de Apanyekrá, Apinayé, Canela, Gavião, Parkatêjê, Krahó, Krikati e Gavião Pykopjê). São objetos de uso cotidiano que variam entre adornos comuns e ritualísticos, como cestarias, instrumentos musicais, máscaras, toras, que traduzem, assim, as formas de expressão cultural desses povos.

A exposição arqueológica é composta por um acervo de materiais resultantes de pesquisas realizadas na região de Imperatriz, Maranhão. O espaço conta com uma diversidade de materiais expostos, dentre artefatos líticos e cerâmicos (incisas, pintadas etc.) que seriam de origem de diferentes povos, dentre esses os povos tupi. O acervo está revertido de pesquisas, contextos científicos que continuam em processo de investigação, que são de grande valor para entendermos a história regional e o desenvolvimento que tais informações agregam.

As coleções têm suas peculiaridades apropriadas por uma grande relevância, percebendo-se que o material arqueológico exposto vigora sobre a fundamental circunstância das peças que melhor sintetizam o conteúdo. A observação é o maior contato que se tem das peças resguardadas sob as montras¹, que protegem os materiais de possíveis danos externos.

¹ Montra é uma vitrine envidraçada de uma instituição museológica, por meio da qual o material/acervo fica exposto.

Na exposição arqueológica, é possível entender como se constituem a escavação e os cuidados a serem tomados durante as etapas de resgate e curadoria.

Complementando o espaço museal, a exposição sobre a cultura popular vem retratando e contextualizando um processo desenvolvido desde a colonização, que foi a miscigenação cultural. Nesse estudo, notam-se os materiais categóricos reunidos para a permanência dessa cultura. Os objetos estudados, nos mais diferentes contextos, com toda razão, terão significados diferentes. Alguns exemplos são: o pote de barro, o quibano², o cofo³, o ferro de passar roupa, a cadeira de couro, dentre outras, ou seja, cada um é carregado de múltiplas significações, resultando aos visitantes as lembranças que os objetos retratam.

O CPAHT possibilita, assim, a discussão e a reflexão sobre os traços formadores das sociedades que habitaram e que continuam a habitar a região do Cerrado maranhense atualmente. Nesse espaço, as características, tanto físicas quanto linguísticas e de relações culturais, enlaçam-se.

Diante do perfil de cada visitante, tem-se sua delimitação perante o debate. Durante a visita no espaço livre do museu CPAHT, com um grupo de dez integrantes de uma escola, por exemplo, não haverá somente uma simples apresentação, mas um grande debate interdisciplinar crítico, de conhecimento e descobertas. A equipe do museu aborda as temáticas a partir de miniaulas e oficinas. São reunidas todas as temáticas, pois cada espaço museal tem suas especificidades. Portanto, o guia do museu deve ter um conhecimento amplo do acervo geral, para, assim, manter relação com cada pesquisador que ali divide conhecimento e funções, buscando um plano a qual todos consigam aderir.

O espaço do museu CPAHT envolve ambientes com finalidades de manter o material bem acondicionado. A RT, por exemplo, tem suas peculiaridades. Nesse local, ficam resguardados os materiais que não estão em exposição. No prédio, estão somente os materiais derivados do citado Projeto Grandis/Suzano, de 2015, visto que não há espaço suficiente para resguardar todo o material acolhido. Com a chegada gradativa de acervo, a universidade cedeu uma sala de aula, para que a RT pudesse crescer e, assim, manter um trabalho de qualidade. Cada pedacinho de acervo arqueológico é uma palavra ou uma frase da história daquela sociedade que fez parte do ciclo daquele artefato. Por esse motivo, o ambiente

² Quibano é um objeto arredondado, feito geralmente com talas de bambu e palha de palmeira, com fins de separar o arroz limpo do com casca.

³ Cofo é um objeto de cesto oval, de boca apertada, produzido a partir da palha de coco babaçu, muito usado por pescadores.

somente pode ser visitado por terceiros, a partir de acompanhamento dos responsáveis, sendo que, uma vez prejudicadas as peças, os danos são permanentes.

Diante disso, ao tomar conhecimento do CPAHT, será averiguada a relação com a compensação ambiental. Segundo Fonseca (2015), a expressão *compensação ambiental* faz parte da política ambiental pública, a qual se refere a estabilizar a implantação, tanto prevista, quanto condicionada, que é pré-observada no então licenciamento ambiental. Possivelmente, dentro da esfera entendida sobre os impactos causados pelos empreendedores, há uma cobrança por parte dos órgãos públicos responsáveis, a partir de vistorias, para assim controlá-los. Dizendo mais, “[...] as compensações ambientais são instrumentos econômicos de remuneração realizados devido à existência de efeitos danosos, como impactos negativos e não mitigáveis decorrentes das atividades antrópicas diversas” (BORN; TALOCCHI, 2002 apud FONSECA, 2015, p. 214).

De acordo com Faria (2008), o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) trabalha sobre essa temática desde 1987, vindo a ser regularizada somente com a Lei nº 9.985, de julho de 2000, que estabeleceu o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC). No entanto, as expressões *compensação ambiental* e *medidas compensatórias* são, muitas vezes, usadas sem as significações pertinentes, o que acaba ocasionando problemas de entendimento.

Ao longo da história, a compensação ambiental se constituiu sobre grandes projetos, principalmente os relacionados ao setor elétrico, inicialmente vigente na Amazônia. A partir de debates entre os profissionais técnicos e o meio científico, “[...] surgiu como uma forma de criação de áreas voltadas à conservação da biodiversidade das áreas afetadas pelos empreendimentos” (FARIA, 2008, p. 9), precavendo ou diminuindo as consequências. Já as medidas compensatórias referem-se à equiparação das ações de cunho danosos sobre o meio ambiente. Geralmente, busca-se “[...] compensar impactos irreversíveis e inevitáveis” (FARIA, 2008, p. 10).

Com base nesses apontamentos, concluímos que a construção do CPAHT, único na Região Tocantina, é resultado de uma compensação ambiental. Buscou-se reparar os impactos diretos gerados sobre o patrimônio arqueológico regional pelo empreendimento da Suzano Papel e Celulose, como dito anteriormente.

As instituições de guarda, bem como os espaços museológicos, estão ligadas diretamente à formação de profissionais das mais variadas áreas, abrangendo um conhecimento multidisciplinar. Nesse tocante, Daiane Pereira (2015, p. 16) aponta “[...] um

cenário positivo para a reflexão da gestão do patrimônio arqueológico [...]”, ainda mais quando há compreensão acerca da “[...] ampliação do conhecimento de áreas pouco exploradas, o que tem evidenciando o grande potencial arqueológico da região” (SALDANHA; CABRAL, 2010 apud PEREIRA, 2015, p. 16). Compreende-se, ainda, que esse potencial está em processo de desenvolvimento, a partir das mais variadas pesquisas, internas e externas (PEREIRA, 2015).

Portanto, necessita-se atrelar ao espaço museal possíveis ações que integrem o museu a entidades externas, correlacionando a cidade e o Estado inserido. Assim, buscam-se parcerias financeiras, para as soluções de problemas que possam ocorrer dentro das entidades de pesquisas, por meio de investimento em infraestrutura, materiais de suportes e de dispersão de conhecimento interdisciplinar, abordando o todo.

3.2 Resultado do Sítio Barra Grande I

A pesquisa investigativa se deu sobre uma revisão curatorial, a partir dos materiais arqueológicos do Sítio Barra Grande I (SBGI), resultado do Projeto Grandis da Suzano. Foi estudado com o intuito de produzir conhecimento sobre o acervo arqueológico localizado na RT do CPAHT.

O material do referido sítio foi exemplo de estudo, por apresentar algumas falhas no acondicionamento do acervo, desde 2016, período em que chegou ao museu. Porém, com o tempo e com a reformulação das normas, ficou evidente que implicava um desgaste excessivo das peças/fragmentos. Este trabalho traz as últimas informações desses materiais, sendo o primeiro levantamento diagnóstico do SBGI, compreendido a partir dos relatórios e observações descritivas do acervo.

O SBGI foi evidenciado no município de Imperatriz, região sudoeste maranhense, na bacia do Médio Tocantins. O sítio está localizado em uma propriedade chamada Iêda, constatado perante o monitoramento arqueológico das torres T15 e T16 de uma Linha de Transmissão (LT) de energia. Nesse estágio do trabalho, foram percebidos materiais cerâmicos sobre o solo, em superfície. Conforme Bandeira, Oliveira e Brandi, a área do sítio compreende 7.664 m² e se distribui para além do traçado da LT.

Bandeira, Oliveira e Brandi descrevem que o espaço em que se encontra é uma região transitável, tanto por estradas da fazenda, quanto da LT. O sítio, por sua vez, está em ambiente de pastagem animal, como o gado, e o porte dessas gramíneas é sempre baixo,

havendo, também, palmeiras ao longo do cercado. Na região leste do sítio, há um morro de aproximadamente 158 m acima do nível. O local é de retirada de piçarra e cascalhos (mistura de areia, terra e pedra), havendo também uma torre da LT (BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015).

Figura 1 – Imagem de satélite com a delimitação do Sítio Barra Grande I, entre as torres T15 e T16



Fonte: Google Earth/Bandeira, Oliveira e Brandi (2015).

O relatório de autoria de Bandeira, Oliveira e Brandi (2015) informa, ainda, que há uma hipótese de que o sítio beirava essa colina, mas, com o passar do tempo, mudanças cíclicas de sol e chuva facilmente podem ter transferido esses materiais de lugar, já que o sítio em si fica na região baixa. A partir de todas essas informações, esclarece-se que, com o manejo de utilização da área da fazenda, complicou-se a situação do material arqueológico, por haver uma grande movimentação na área, de diversas formas (BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015).

Mesmo que o trabalho venha destacando o SBGI, o encontro com o Sítio Barra Grande III é bastante pertinente, pois fazem correlação ao mesmo ambiente. Sabe-se que esses dois sítios são do local diretamente empreendido pela LT. O endereço disponibilizado pelo relatório é o seguinte: “Av. Newton Bello, s/nº - Estrada de Imperatriz a Coquelândia – Estrada do Arroz, Km. 13 + 2 Km. A Esq. Povoado Bacaba, bairro Santa Rita, Imperatriz – MA”. O empreendimento ocorreu no intervalo saindo da fábrica da Suzano Papel e Celulose, localizada em Imperatriz-MA, até a Subestação de Energia Elétrica da Eletronorte, também de

Imperatriz, correndo uma extensão de 9,7 km, em uma sequência de “[...] 30 m de faixa de servidão para cada eixo da linha [...]” (BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015, p. 19-20). É interessante observar que os detalhes para entender os dados devem ser bem característicos, para não confundir o que queremos transmitir.

De início, o *Relatório de Análise da Cultura Material Lítica Resgatada nos Sítios Barra Grande I e Barra Grande III, em Imperatriz-MA no decorrer da Linha de Transmissão 230 kV - Projeto Grandis, da Suzano Papel e Celulose, em Imperatriz-Maranhão* traz informações que revelam os achados arqueológicos para a área. Conforme o relatório, foram coletados 961 fragmentos cerâmicos no SBGI.

Assim, apesar de o relatório tratar, em sua descrição, da cultura material lítica, deveria revelar os dados líticos, contudo, o que foi exposto são dados de análises de materiais cerâmicos, também na introdução. Dessa forma, as informações se repetem no seu relatório correspondente, *Relatório de Análise da Cultura Material Cerâmica Resgatada nos Sítios Barra Grande I e Barra Grande III, em Imperatriz-MA*. Logo, no decorrer do relatório de análise da cultura material lítica, apresenta-se que “o conjunto lítico do sítio Barra Grande I está constituído por 167 (cento e sessenta e sete) vestígios líticos, assim classificados” (BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015, p. 47).

Foi possível perceber, ao observar a introdução de ambos os relatórios, que as informações expostas apresentaram incongruências, comparando as observações dos materiais aos relatórios. Contudo, o relatório, dentre as formas de observar e especificar a tecnologia lítica, compreende que esses materiais estiveram no desenvolvimento cultural das sociedades falantes da língua Tupi, da qual fizeram parte. Os objetos arqueológicos e o entendimento das descobertas instigaram o conhecimento “[...] da região do médio Tocantins, na porção mais próxima ao atual município de Imperatriz” (BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015, p. 7).

De acordo com Morales (2008), abrangendo as caracterizações dos povoamentos mais recentes, é possível observar a diversidade cultural a partir dos objetos cerâmicos, dispersos dentre as tradições percebidas no Planalto Central, identificadas como: Una, Aratu, Uru e Tupi-Guarani. Assim, transparece que, com o passar do tempo, a ligação entre esses povos gerou uma variedade complexa de material cerâmico.

O médio Tocantins foi habitado posteriormente às outras regiões, ainda que esses três últimos grupos ceramistas tenham habitado, há bastante tempo, o Brasil Central, ou seja, pela proximidade, poderia ter ocorrido antes. Morales (2008) aborda, ainda, que os materiais líticos encontrados na mesma região fazem correlação entre os mais antigos e mais recentes,

por terem ocorrido diferentes usos do ambiente ao longo do tempo, mesclando ainda com as cerâmicas, pertinentemente. Por isso, são conhecidos como sítios líticos pré-cerâmicos (MORALES, 2008).

A tradição Tupi-Guarani, segundo o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), é culturalmente representada por pinturas policrômicas e pela diversidade de formas de representação com as decorações plásticas (ROCHA, 2009). Cada objeto dentro da cultura é repleto de significados, portanto estes vêm incrementados de formas diferentes para que o próprio grupo entenda do que o objeto se trata. As cores podem variar entre vermelho, preto, marrom escuro e branco. Por fazerem parte de uma cultura em destaque no Brasil, são os próprios os restos cerâmicos que contam suas histórias (ROCHA, 2009).

Morales (2008) explica que, por meio do Projeto de Resgate Arqueológico da Usina Hidrelétrica Lajeado (PRAL), pode-se identificar variadas datações, a partir dos sítios arqueológicos, distribuídos em três viés. O primeiro, *período antigo*, é compreendido entre 12.000 e 9.000 anos atrás. O *período intermediário* vai de 6.000 a 5.000 anos atrás. Já o *período recente*, referente a grupos ceramistas, é indicado até em torno de 2.000 anos atrás (MORALES, 2008).

Entendido isso, para se desenvolver a pesquisa, foi montada uma lista com perguntas, as quais estão respondidas na sequência do texto, para a primeira revisão/levantamento diagnóstico curatorial do acervo arqueológico do CPAHT do SBGI. Compreendem-se que as várias problemáticas identificadas no decorrer desta pesquisa, permeando, assim, por processos culturais e não culturais dentro do contexto arqueológico, vêm se transformando, abordando, cada vez mais, espaços correlacionados.

A partir desse olhar que cada observador (pesquisador) tem, as percepções podem se diversificar, tornando quase impossível haver um igual registro do que foram as coisas no passado. Portanto, o que se pode perceber dentro da pesquisa do SBGI é que foi envolvida dentro de registros históricos, ambientais, interferências diversas do solo, dentre outras, para, assim, catalogarem-se mais dados, deixando a pesquisa mais rica de informações (BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015). As questões norteadoras foram:

- a) As peças foram analisadas? Se sim, que tipo de análise foi usada?
- b) No inventário não consta o Sítio Barra Grande II. Foi feita a coleta?
- c) Onde está localizada?
- d) Qual a quantidade das peças por caixa (cx.), e essas estão tombadas (nomeadas e enumeradas), certificando o estado de conservação das peças?

- e) As NP correspondem ao quantitativo das peças inteiras, ou agrupamentos de fragmentos que formam peças únicas?
- f) Será necessário o tombamento das peças?
- g) Quantas peças diagnósticas o sítio possui? Consta no relatório?
- h) Quais os elementos diagnósticos que classificam a cerâmica enquanto Tupi-guarani?
- i) Os sítios são uni ou multiocupacionais? Há presença de terra preta?
- j) Qual o diagnóstico do acervo (análise das peças e documentação)?

Por se tratar de uma pesquisa de resgate arqueológico, em busca de respostas do âmbito de funcionalidade do espaço Suzano, ela foi conduzida a partir do “[...] do método de escavação que se julgou mais adequado, para alcançar tais objetivos, [que] foi o de ‘Unidades de escavação’, com evidenciação do pacote arqueológico por níveis artificiais” (BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015, p. 26). Foi aplicado, portanto, o resgate por meio da escavação. Assim, para que o sítio fosse escavado, o procedimento metodológico foi observar e perceber amostras (vestígios) em lugares que tinham materiais em maior densidade. A criteriosidade deve ser centrada na busca do conhecer as partes da pesquisa, seguindo todos os procedimentos para se chegar a bons resultados.

Por meio das informações arqueológicas dos possíveis assentamentos, fica evidenciada “[...] a possibilidade das áreas com concentração do material arqueológico nos Sítios serem oriundas de deposição secundária [...]”, ou seja, já havia material e, logo após, foram introduzidos outros no mesmo espaço. Dentre esses, não foram identificados resquícios de “[...] estruturas de combustão e sepultamentos”. Também, com as observações, ficaram compreendidas “[...] a ausência de instrumentos líticos polidos e a inexistência de fragmentos cerâmicos apresentando decoração plástica e poucos exemplares com pintura.” Em decorrência de todas essas observações, a ocupação do SBGI é centrada “[...] por povos de língua Tupi [...]” (BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015, p. 217).

Os estudos arqueológicos, ao longo do tempo, foram se transformando não mais em simples fatores de descrição, mas está hoje dialogando e trabalhando criticamente, sobre o material, a cultura e os povos. A exemplo da documentação dos registros escavados e coletados, Bandeira, Oliveira e Brandi (2015) informam que podemos perceber pelos seguintes procedimentos utilizados sob a interferência em solo na escavação, meios, usos e formas. Foram pontos para se costurar parte da história de um povo:

- Realização da documentação das unidades de escavação orientadas para N/S ou L/O;

- Delimitação das áreas a serem escavadas;
- Divisão dos setores em quadriculas de 1×1m;
- Documentação do processo de escavação com a localização de todos os artefatos e estruturas encontrados, através de desenhos, croquis, fotografias e filmagens;
- Configuração das escavações em uma planta 2-D, realizada graficamente em papel milimetrado e reproduzida em software específico;
- Averiguação dos vestígios e sítios arqueológicos, utilizando a máxima do conceito de contexto: tempo, espaço e cultura material (BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015, p. 27-28).

A combinação perfeita dessa estrutura de percepções seria a boa criticidade dentro do laboratório, momento de fundamental importância, quando o olhar aguçado do pesquisador entrará em busca de acalmar os conflitos, para, assim, ordená-los. Logo, a análise crítica do material arqueológico será outro fator de qualidade para o trabalho. Os relatórios de Bandeira, Oliveira e Brandi (2015) revelam, durante a revisão curatorial do acervo do SBGI, localizado no CPAHT, que não houve nenhum procedimento citado a seguir. Dessa forma, surgem dúvidas dentro do projeto, como por exemplo quanto a:

- Higienização do material com água e pincel de cerdas suaves;
- Triagem do material por tipologia;
- Identificação e classificação analítica;
- Numeração;
- Documentação (BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015, p. 28).

A partir das observações curatoriais, constatou-se que o material arqueológico não passou por análises adequadas para estarem na RT do CPAHT. Sem resquícios de limpezas, com mal acondicionamento, sem numerações, dados categoricamente mal interpretados. As informações sobre o material se dão somente por parte dos relatórios.

Entretanto, o inventário informa que não foram resgatados materiais do Sítio Barra Grande II, por este estar fora da LT. Isso porque eram prioridade para o empreendimento somente os sítios que estivessem interferindo diretamente na LT. Sendo assim, foram resgatados somente o SBGI e o Sítio Barra Grande III, pois estavam dentro do intervalo empreendido.

Para melhor entender o material, serão abordados os caminhos pelos quais a pesquisa seguiu. Primeiramente, o material aqui abordado e resguardado pelo CPAHT está localizado dentro da RT, e este material foi analisado, cx. por cx., embalagem por embalagem, no laboratório, seguindo passos para que se chegasse ao máximo de observações e composição de dados possíveis.

Complementando as circunstâncias averiguadas sobre o SBGI, nenhuma peça/fragmento inserida nas caixas foi tombada. Todo o material se encontra destituído de nomeações e numerações em seu acervo. Somente as peças que foram para exposição passaram por processos de higienização, e impressas as informações do sítio a qual pertencem, por meio de uma fita colada ao fragmento e enumerada com pincel. Essas ações não agradam a pesquisa crítica de conservação, pois é elemento facilitador para que se percam essas informações, correndo o risco de serem descartadas, caso não haja mais os dados.

O problema mais comum que ocorreu foi referente ao acervo estar completamente/parcialmente desprotegido. Dependendo da cx. averiguada, não havia plástico bolha envolvendo todo o material arqueológico. Algumas divisões de materiais cerâmicos, nos saquinhos, estão desproporcionais. Além disso, a cx. de polionda azul, onde o material se encontrava resguardado, não estava mais apropriada para mantê-los. Foram trocadas por uma cx. de plástico de maior resistência e com espaço suficiente para acomodar adequadamente o acervo.

Assim, foram também transferidas todas as informações de uma cx. à outra, tanto a etiqueta reproduzida da cx. de polionda azul e posta dentro da cx. de plástico branca, quanto outra reformulada seguindo o padrão do CPAHT, adicionando informações sobre o SBGI e colada na cx. de plástico branca. O estado de conservação das peças/fragmentos é ruim, o material está se deteriorando, possui fungos e fragmentações, devido a os meios acondicionados anteriormente serem inadequados.

Fotografia 1 – Exemplificando a caixa de polionda azul



Fonte: Autoria própria (2022).

Portanto, a partir dos dados diagnósticos, que envolveram o levantamento de informações observadas e somadas das cinco caixas de materiais arqueológicos do SBGI, fica

entendido o resultado de 86 conjuntos. Entretanto, com a revisão curatorial, fica então compreendido que a soma dos conjuntos das cinco caixas é de 90 conjuntos, havendo uma elevação de 4 conjuntos. O número de peças (NP) refere-se ao número de peças contidas em uma única embalagem. São fragmentos que se encontram no mesmo saco, com um aglomerado de cacos cerâmicos, líticos e outros que, nesse caso, fazem parte do mesmo tipo de material arqueológico. Possivelmente, ainda, essas peças resguardadas no acervo não formam uma peça/vasilhame por completo, mas é possível que, com as análises das bordas identificadas, haja trabalhos de reformulação dos objetos, assim estudados.

Ao final desta fase, é admissível entender que, para a peça encontrada, caso seja uma borda, há possibilidades de reprodução de suas características, por meio da adequação do material (reconstrução da peça com base na borda), dando um sentido e um entendimento de formas e uso dos grupos a que faziam parte. O destaque das bordas diagnósticas é devido a essas poderem trazer mais informações ao SBGI, observando a coloração, tamanho, uso, entre outros, visando-se um destaque de importância. Aqui também é possível perceber a diferença de quantidade de material nos sacos que comportam as peças/fragmentos.

Fotografia 2 – Bancada com parte do acervo revisado do Sítio Barra Grande I



Fonte: Autoria própria (2022).

Fotografia 3 – Exemplo de borda cerâmica do Sítio Barra Grande I

Fonte: Autoria própria (2022).

Com o fim das escavações, todos os dados adquiridos nas fases foram para o “[...] caderno de campo (unidade de escavação, resgate, poço-teste e área de averiguação)” (BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015, p. 51). O relatório informa que o material arqueológico encontrado passou por limpezas, para remover o excesso impurezas, e que foi levado aos sacos plásticos com suas etiquetas de campo. Todos os dados foram desenvolvidos pelo coordenador-geral Arkley Marques Bandeira. O agravante é que o material do SBGI continua sem o tombamento.

Para que a RT não mantenha materiais sem trabalhos funcionais, seria pertinente transformar todo esse acervo em informações, para que houvesse maior visibilidade destes, para futuras extroversões do espaço museal. Cabe, assim, realizar etapas que faltam ao acervo, como o tombamento, e desenvolver informações para aprimorar o diálogo do museu com o SBGI.

Buscando-se entender o SBGI em melhores proporções, foi enviado um fragmento cerâmico encontrado em superfície ampla (50-60 cm) ao Laboratório de Vidros e Datações da FATEC/SP, na qual utilizaram metodicamente a Termoluminescência (TL)⁴, que “[...] consiste na mediação e análise da dose de radiação acumulada” (BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015, p. 199), em prol de datarem o sítio arqueológico. “O sítio Barra Grande I é o sítio com idade mais intermediária, com a datação mais recuada, ocorrendo no século XV, com uma variação que pode se estender até o século XVI ou recuar até o século XIV”

⁴ Termoluminescência (TL) é o processo de emissão de luz de um isolante ou semicondutor previamente exposto à radiação através de estímulo térmico.

(BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015, p. 200), estando assim, entre 520 +- 80 A.P. É possível compreender que a datação é importante, para, assim, situar a pesquisa no tempo e no espaço, sem cometer anacronismo.

Com o desenvolvimento das análises dos materiais líticos e cerâmicos, foram evidenciadas possíveis ligações diretas desses fatores culturais. Já que abordavam a questão da caça, os materiais líticos informam suas possíveis utilidades, por “[...] indicarem a produção de lascas, raspadores e furadores” (BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015, p. 216). Não se identificaram refugos de matérias-primas e nem materiais polidos. Já se tratando do acervo cerâmico, este estava diretamente ligado ao preparo das caças e colheitas (BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015), sobretudo por falta de pesquisas voltadas às áreas zooarqueológica e arqueobotânica⁵, evidenciando o SBGI sem dados assertivos. Portanto,

Analisando pelo aspecto sociocultural dos povos que habitaram os Sítios Barra grande I e Barra Grande III, os vestígios arqueológicos observados e as datações obtidas indicam tratar-se de um assentamento lito-cerâmico pré-colonial, de características colinares, associado a grupos ceramistas, possivelmente sedentarizados, cuja subsistência estava associada ao cultivo de vegetais, coleta e caça (BANDEIRA; OLIVEIRA; BRANDI, 2015, p. 216-217).

Por meio da análise curatorial das 5 caixas que compõem o SBGI, foram compreendidas as relações de dados que discorrem ao longo de toda a pesquisa. Ao final, consegue-se entender as particularidades dentre o todo, sendo de fundamental importância o acompanhamento minucioso das informações geradas, para que o leitor consiga distinguir e entender o objetivo proporcionado. De início, são adiantadas problemáticas nos seguintes casos:

A cx. SBGI 01.05 – (NP – 152) contém 12 peças/fragmentos cerâmicos. O material não foi tombado, estando em ruim estado de conservação. As peças apresentam coloração preta, dando a entender que pode ter sido produzida a partir de partículas de carvão, ou que foi levada bastante ao fogo.

Já a cx. SBGI 01.06 – (NP – 149) contém 02 peças/fragmentos cerâmicos, sendo que o material também não foi tombado. As 02 peças/fragmentos cerâmicos apresentam coloração preta, em toda a sua estrutura. Podem, assim, a partir das hipóteses, ter sido produzidas com

⁵ Zooarqueologia: ramo da arqueologia que se dedica ao estudo de restos de animais encontrados nos sítios arqueológicos. Arqueobotânica: é o estudo de vestígios botânicos dentro da arqueologia, visando interpretações culturais múltiplas relações com os vegetais (SILVA; SHOCK; CARNEIRO, 2020).

pó preto de carvão, mas também ter ido bastante ao fogo. Dentre as caixas do sítio, há variações de coloração no material. Ex.: amarelo, laranja, preto e cinza. Isso indica que o material de produção dessas peças/fragmentos pode ser pó de carvão ou terra preta.

Dentre as análises nas particularidades da atividade curatorial, chegou-se aos seguintes resultados:

3.2.1 Sítio Barra Grande I – cx. SBGI 01.04

Tabela 1 – Sítio Barra Grande I – cx. SBGI 01.04

| Etiqueta da caixa | | Observação Curatorial |
|-------------------|----------------------|-----------------------|
| Número de volumes | 04 conjuntos | 4 conjuntos |
| Material lítico | 0 peças/fragmentos | 0 peças/fragmentos |
| Material cerâmico | 229 peças/fragmentos | 278 peças/fragmentos |
| Material outros | 0 peças/fragmentos | 0 peças/fragmentos |

Fonte: Balanço de dados coletados entre 2021 a 2022.

1ª cx. A partir do levantamento diagnóstico do acervo arqueológico do SBGI, da **cx. SBGI 01.04**), fica esclarecido que há realmente 04 conjuntos. O resultado do material lítico também condiz com as informações impressas na cx., indicando que não há peças/fragmentos. A etiqueta da cx. informa que há 229 peças/fragmentos cerâmicos. Como resultado, foram encontradas **278 peças/fragmentos cerâmicos**. O material *outros* não apresentou peças/fragmentos. Esse termo se refere a materiais que não são cerâmicos ou líticos, como ossos e ferro.

3.2.2 Sítio Barra Grande I – cx. SBGI 01.05

Tabela 2 – Sítio Barra Grande I - cx. SBGI 01.05

| Etiqueta da caixa | | Observação Curatorial |
|-------------------|----------------------|-----------------------|
| Número de volumes | 23 conjuntos | 23 conjuntos |
| Material lítico | 0 peças/fragmentos | 0 peças/fragmentos |
| Material cerâmico | 289 peças/fragmentos | 316 peças/fragmentos |
| Material outros | 0 peças/fragmentos | 0 peças/fragmentos |

Fonte: Balanço de dados coletados entre 2021 a 2022.

2ª cx. A partir do levantamento diagnóstico do acervo arqueológico do SBGI da **cx. SBGI 01.05**, foi averiguado que há, de fato, 23 conjuntos. O resultado do material lítico também condiz com as informações impressas na cx., indicando que não há peças/fragmentos. A etiqueta da cx. informa que há 289 peças/fragmentos cerâmicos. Em contraponto, como resultado, a quantidade identificada foi superior, contabilizando-se **316 peças/fragmentos cerâmicos**. O material *outros* não apresentou peças/fragmentos.

3.2.3 Sítio Barra Grande I – cx. SBGI 01.06

Tabela 3 – Sítio Barra Grande I - cx. SBGI 01.06

| Etiqueta da caixa | | Observação Curatorial |
|--------------------------|----------------------|-----------------------|
| Número de volumes | 29 conjuntos | 29 conjuntos |
| Material lítico | 0 peças/fragmentos | 0 peças/fragmentos |
| Material cerâmico | 389 peças/fragmentos | 442 peças/fragmentos |
| Material outros | 0 peças/fragmentos | 0 peças/fragmentos |

Fonte: Balanço de dados coletados entre 2021 a 2022.

3ª cx. A partir do levantamento diagnóstico do acervo arqueológico do SBGI da **cx. SBGI 01.06**, estabeleceu-se que há realmente 29 conjuntos. O resultado do material lítico também condiz com as informações impressas na cx., indicando que não há peças/fragmentos. A etiqueta da cx. informa que há 389 peças/fragmentos cerâmicos, mas foram encontradas **442 peças/fragmentos cerâmicos**. O material *outros* não apresentou peças/fragmentos.

3.2.4 Sítio Barra Grande I – cx. SBGI 02.04

Tabela 4 – Sítio Barra Grande I - cx. SBGI 02.04

| Etiqueta da caixa | | Observação Curatorial |
|--------------------------|---------------------|-----------------------|
| Número de volumes | 22 conjuntos | 22 conjuntos |
| Material lítico | 15 peças/fragmentos | 15 peças/fragmentos |
| Material cerâmico | 40 peças/fragmentos | 26 peças/fragmentos |
| Material outros | 01 natureza (fauna) | 01 natureza (fauna) |

Fonte: Balanço de dados coletados entre 2021 a 2022.

4ª cx. A partir do levantamento diagnóstico do acervo arqueológico do SBGI da **cx. SBGI 02.04**, foi identificado que há realmente 22 conjuntos. O resultado do material lítico

também condiz com as informações impressas na cx., pois indica que há **15 peças/fragmentos líticos**. A etiqueta da cx. informa que há 40 peças/fragmentos cerâmicos, porém, como resultado, foram encontrados somente **26 peças/fragmentos cerâmicos**. O material *outros* apresentou **1 material de natureza (fauna)** e continua sem alterações.

3.2.5 Sítio Barra Grande I – cx. SBGI – cx. SBGI 03.01

Tabela 5 – Sítio Barra Grande I - cx. SBGI 03.01

| Etiqueta da caixa | | Observação Curatorial |
|--------------------------|---------------------|-----------------------|
| Número de volumes | 08 conjuntos | 12 conjuntos |
| Material lítico | 13 peças/fragmentos | 31 peças/fragmentos |
| Material cerâmico | 01 peças/fragmentos | 0 peças/fragmentos |
| Material outros | 0 peças/fragmentos | 0 peças/fragmentos |

Fonte: Balanço de dados coletados entre 2021 a 2022.

5ª cx. A partir do levantamento diagnóstico do acervo arqueológico do SBGI da **cx. SBGI 03.01**, ficou esclarecido que não há somente 08 conjuntos, mas 12 conjuntos. Os demais estão em outra cx. com matérias em exposição. O resultado do material lítico não condiz com as informações impressas na cx., que indicam que há 13 peças/fragmentos. Com as observações cabíveis, foram percebidas **31 peças/fragmentos líticos**. A etiqueta da cx. ainda informa que há 01 peça/fragmento cerâmico, mas, como resultado, não foi encontrado nenhuma peça/fragmento cerâmico. O material *outros* não apresentou peças/fragmentos.

3.2.6 Resultado final: soma dos dados das caixas – Sítio Barra Grande I

Tabela 6 – Resultado final: soma dos dados das caixas - Sítio Barra Grande I

| Etiqueta das caixas | | Observação Curatorial |
|---|----------------------------|------------------------------|
| Número de volumes | 86 conjuntos | 90 conjuntos |
| Material lítico | 28 peças/fragmentos | 46 peças/fragmentos |
| Material cerâmico | 948 peças/fragmentos | 1.062 peças/fragmentos |
| Material outros | 01 natureza (fauna) | 01 natureza (fauna) |
| Total de vestígios arqueológicos | 977 peças/fragmentos/fauno | 1.109 peças/fragmentos/fauno |

Fonte: Balanço de dados coletados entre 2021 a 2022.

Como resultado final, o problema mais comum ocorrido foi referente ao acervo estar completamente/parcialmente desprotegido, pois não havia plástico bolha envolvendo todo o material arqueológico. Algumas divisões de materiais cerâmicos, nas embalagens, constataram desproporcionalidades. A cx. de polionda azul, onde o material se encontrava resguardado, não estava mais apropriada para mantê-los. Por esse motivo, foram trocadas por caixas de plástico de maior resistência e com espaço suficiente para o acômodo do acervo (cx. Bioprátika Multiuso Pleion). Assim, foram também, transferidas todas as informações de uma cx. à outra.

O estado de conservação das peças/fragmentos é ruim, o material está se deteriorando, dentre fungos e fragmentações, devido aos meios acondicionados anteriormente inadequados. Nas embalagens, começaram a surgir microclimas, já que, durante o resguardo do material, não foram furadas embalagens. Hoje não é mais recomendado esse procedimento, devido à quantidade de tempo.

Todas as etiquetas digitalizadas apresentaram erros nas datas de coleta do material, mesmo que a data esteja correta na etiqueta de campo. Esses problemas, se não forem resolvidos, perdem todo o sentido do material resguardado. Por isso, esse trabalho está prezando pelo detalhamento, para explicar os verdadeiros fatos do SBGI.

A partir das observações diagnósticas, são identificadas alterações de 04 conjuntos, 18 materiais líticos e 114 materiais cerâmicos. Já o material *outros* se mantém com 01 natureza – fauna.

Portanto, a partir da revisão curatorial, o diagnóstico que se conclui envolveu o levantamento de informações observadas e somadas das cinco caixas de materiais arqueológicos do SBGI. Assim, compreende-se que o resultado da soma dos conjuntos das cinco caixas é de **90 conjuntos**.

Há um total de **1.062 peças/fragmentos cerâmicos**, na soma das quatro caixas que contém material cerâmico (cx. SBGI 01.04; cx. SBGI 01.05; cx. SBGI 01.06; cx. SBGI 02.04). Há também **46 peças/fragmentos líticos**, na soma de duas caixas (cx. SBGI 02.04; cx. SBGI 03.01). Com referência ao material *outros*, apresenta-se **01 material de natureza (fauna) casca de unha animal**, na cx. SBGI 02.04. Assim, contabiliza-se um total de **1.109 materiais arqueológicos**.

Entretanto, dentre os diversos contextos, as informações dos relatórios e etiquetas do acervo então descritos concluem resultados desiguais. Depreende-se, a partir disso, que diversos problemas podem ter gerado essas alterações de informações, como digitação de

quantidades alteradas, fragmentação de materiais e contagens incorretas. Assim, este trabalho esclarece o verdadeiro sentido da pesquisa científica: a observação minuciosa do objeto de pesquisa.

3.2.7 Ficha diagnóstica de bordas cerâmicas

Tabela 7 – Ficha diagnóstica de bordas cerâmicas

| Caixas | Quantidade de bordas cerâmicas no Sítio Barra Grande I (SBGI) |
|-----------------------|---|
| cx. SBGI 01.04 | 04 bordas cerâmicas |
| cx. SBGI 01.05 | 13 bordas cerâmicas |
| cx. SBGI 01.06 | 18 bordas cerâmicas |
| cx. SBGI 02.04 | 02 bordas cerâmicas |
| cx. SBGI 03.01 | 0 borda cerâmica |
| Total de Bordas | 37 bordas cerâmicas |

Fonte: Balanço de dados coletados entre 2021 a 2022.

Com o levantamento diagnóstico, foi possível até mesmo perceber a diversidade das bordas cerâmicas. O diagnóstico das bordas foi introduzido com vistas a apresentar melhor o acervo e os dados, já que não há destaque dessas peças dentro dos relatórios. Por serem indicadores da cerâmica, dependendo da borda, poderá haver reprodução desses vasilhames, ficando melhor evidente para possíveis novos trabalhos de identificação dentre o SBGI.

Assim, os materiais cerâmicos só puderam ser encontrados nas seguintes caixas, em que estão dispersas as peças diagnósticas: na **cx. SBGI 01.04**, foram identificadas **04 bordas cerâmicas**; na **cx. SBGI 01.05**, há **13 bordas cerâmicas**; a **cx. SBGI 01.06** contém **18 bordas cerâmicas**; e, finalmente, a **cx. SBGI 02.04** apresenta-se com **02 bordas cerâmicas**, totalizando **37 bordas cerâmicas/peças diagnósticas** no SBGI. Essas informações, por sua vez, não constam nos relatórios, já que foram adquiridas nas etapas da revisão curatorial.

3.3 Pontos abordados para deslocar e melhorar o acondicionamento do acervo do Sítio Barra Grande I

A partir da Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016, publicada pelo IPHAN, que estabelece as exigências por parte das instituições de guarda, os pontos aqui abordados exemplificam os problemas enfrentados no acervo do SBGI, na RT do CPAHT, e propõem

medidas para sua preservação. O módulo VII, da Portaria do IPHAN 196/2016, trata das formas de acondicionamento e ao mobiliário (de guarda e exposição). Esclarece, no ponto (1), que o acondicionamento deverá ser uma estratégia facilitadora de identificação do material resguardado, e por fim, o manuseio das peças (IPHAN, 2016). Tratando-se do CPAHT, as caixas já estavam se deteriorando, devido à fragilidade. Por ser de material polionda, não estavam suportando o peso das peças, agravando os riscos para o acervo.

Fotografia 4 – Caixa de polionda azul, com etiqueta, e caixa de polietileno padrão marfinite com tampa, sem travas



Fonte: Autoria própria (2022).

Fotografia 5 – Caixa de polionda azul, com etiqueta, e caixa de polietileno padrão marfinite com tampa, sem travas e com etiqueta adequada às normas do CPAHT



Fonte: Autoria própria (2022).

A Portaria do IPHAN 196/2016 expõe que as caixas devem estar em contato com as prateleiras, nas quais, evitando-se o empilhamento, diminuem-se os riscos. Em detrimento ao pouco espaço da RT do CPAHT, o problema se agravou devido à grande quantidade de material de vários sítios que chegaram ao espeço. Sendo assim, as caixas acabam sendo

amontoadas. Isso se deve também ao material que compõe as caixas. Conforme o IPHAN (2016), o material deverá ser acondicionado e armazenado a partir do peso e da fragilidade. Portanto, as mais leves ficam em cima das mais pesadas, não sendo a solução, mas ainda é o que ajuda a minimizar os riscos.

O que é mais percebido, neste estudo curatorial do SBGI no CPAHT, é que há um diagnóstico de que algumas caixas são pequenas para a quantidade de material, sendo que há, ainda, acervo lítico na mesma cx., junto ao material cerâmico, geralmente, em grandes quantidades. Facilita-se, dessa forma, a fragmentação dos menos resistentes, que estão, há tempos, degradando-se.

A Portaria do IPHAN 196/2016 especifica também sobre o acondicionamento do acervo, que deve conter “[...] um sistema de amortecimento de impactos (espumas, mantas, plástico bolha etc.) [...]” (IPHAN, 2006, p. 86). O material resguardado no CPAHT foi averiguado. Como o material cerâmico é frágil, ainda que o acervo lítico seja resistente, pensou-se que haveria uso desses materiais para a proteção do acervo, mas, na realidade, há caixas sem plástico bolha. Ao todo, no que se refere ao SBGI, foi usado somente em algumas caixas, ainda insuficientes para a quantidade de peças. Em nenhuma cx. desse sítio foram usadas espumas, mas, com a transição das caixas, foram adicionados espumas e plástico bolha.

**Fotografia 6 – Caixa de polionda azul, com plástico bolha,
como material de proteção do acervo**



Fonte: Autoria própria (2022).

Fotografia 7 – Etiqueta digitalizada da caixa de polionda azul

Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira

cx. SBGI 02.04

Sítio Barra Grande I

IPHAN n° 01494.000274/2011-18

Número de volumes: 22 conjuntos

Material lítico: 15 peças/fragmentos

Material cerâmico: 26 peças/fragmentos

Material outros: 1 natureza (fauna)

Data/Motivo: 05 de maio de 2016 / curadoria

Fonte: Autoria própria (2022).

Fotografia 8 – Caixa de polietileno padrão marfните com tampa, sem travas, sem informações



Fonte: Autoria própria (2022).

Fotografia 9 – Caixa de polietileno padrão marfните com tampa, sem travas, com manta



Fonte: Autoria própria (2022).

Fotografia 10 – Caixa de polietileno padrão marfinite com tampa, sem travas, com plástico bolha em cima da manta



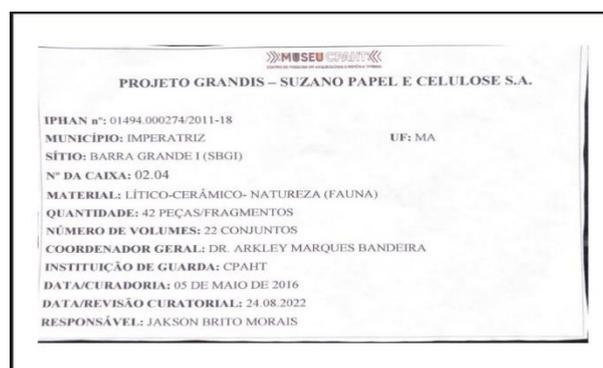
Fonte: Autoria própria (2022).

Fotografia 11 – Caixa de polietileno padrão marfinite com tampa, sem travas, com espuma, plástico bolha e, em cima, a etiqueta digitalizada da caixa de polionda azul



Fonte: Autoria própria (2022).

Fotografia 12 – Etiqueta digitalizada, de acordo com as normas do CPAHT, inseridas nas caixas de polietileno padrão marfinite com tampa, sem travas, servindo como identificação do acervo



Fonte: Autoria própria (2022).

Diante disso, a Portaria do IPHAN 196/2016 explica também que há o erro de se acondicionar grandes quantidades de materiais frágeis no mesmo saco, o qual é o grande fator para a fragmentação das peças. Com a revisão curatorial, foram observados alguns sacos com dezenas de materiais amontoados; e o pior: em cima dos menores. A Portaria do IPHAN 196/2016, refere-se a “[...] sacos plásticos (polietileno, polipropileno) [...]” (IPHAN, 2016, p. 86), utilizados para resguardar as peças, que deverão ser perfurados para não criarem microclima.

Mas, a exemplo, há diversas peças do sítio com fungos, de coloração esbranquiçada. Também, há embalagens com ausência de perfurações. Com a revisão curatorial, não foram perfurados os sacos, pois o procedimento poderia espalhar os fungos. Assim, torna-se quase impossível um tratamento curativo às peças cerâmicas, sem que haja danos.

Fotografia 13 – Exemplo de peças com fungos esbranquiçados



Fonte: Aatoria própria (2022).

Infelizmente, as peças que possuem essa patologia deverão ser isoladas das sem patologias, e os cuidados deverão estar presentes no controle de temperatura e umidade – como também nos casos das peças úmidas/molhadas. Contudo, as embalagens livres de fungos podem ser perfuradas ou não. É perceptível, no entanto, que, por já se tratar de bastante tempo decorrido, não seria necessária a ação, até para não aumentar possíveis riscos.

Além do já abordado, a Portaria do IPHAN 196/2016 informa que, buscando controlar a umidade, pode-se usar a sílica gel, já que esse material absorve o oxigênio. Assim, pode ser colocada dentro das caixas. Vale informar que, nas caixas, não houve presença desse material recomendado, assim como nenhum outro que faça alusão ao controle do ambiente interno das caixas.

A Portaria 196/2016 também aborda a seguinte orientação: “Os invólucros e etiquetas deverão ser trocados periodicamente prevenindo a degradação e consequente a perda de informação” (IPHAN, 2016, p. 86). Por meio deste trabalho, e com a revisão curatorial, constatou-se a necessidade de troca do acervo das caixas e de suas fichas indicadoras, pois estavam gerando riscos de perda das informações, fatores observáveis nas fotografias apresentadas.

Fotografia 14 – Materiais já transferidos das caixas de polionda azul para as caixas de polietileno padrão marfinite com tampa, sem travas, com todos os dados pertinentes



Fonte: Autoria própria (2022).

Por fim, esta pesquisa árdua envolveu todos os fragmentos encontrados nas caixas do SBGI, entre líticos, cerâmicos e de origem faunística. Este trabalho busca esclarecer os fatos e dados, já que, estando totalmente dispersos, em vários relatórios, fragmentos de informações, dificulta-se qualquer interação com o material.

Aqui trouxemos o desenvolvimento adquirido, para se chegar aos resultados, com correlação de questionário, fotos e reunião de fatores do sítio. Esclarecendo melhor, cada cx. de polionda azul dispunha de uma etiqueta contendo o quantitativo e tipo de material. Já nas embalagens internas, as NP (número de peças de cada embalagem), geralmente, havia duas etiquetas, uma de campo e outra digitalizada, do processo de curadoria. Assim, que este material seja esclarecedor para outras pesquisas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo desenvolver a historiografia sul-maranhense, correlacionando fatores primordiais, capazes de integrar e exercitar o mesmo papel, compreendendo a história, a arqueologia e a museologia, que discorre e dialoga com o Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT). Com isso, vem abordando a seguinte temática: *Revisão Curatorial do Sítio Arqueológico Barra Grande I: tecendo a história da Região Tocantina, Imperatriz-MA*, como perspectiva de conhecimento.

Diante desse tema, foi desenvolvido um trabalho de pesquisa adotando a perspectiva da pesquisa bibliográfica, debruçando-se sobre estudos como artigos, relatórios e dissertações, e de observações curatoriais descritivas do acervo arqueológico do Sítio Barra Grande I (SBGI), dentro da reserva técnica (RT) do CPAHT.

A Instrução Normativa nº 1, de 25 de março de 2015, trata, em seu capítulo V, “da responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos” e traz, no art. 51, que “[...] a responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos é do Arqueólogo Coordenador durante a etapa de campo e da Instituição de Guarda e Pesquisa, após seu recebimento” (IPHAN, 2015, p. 13). Assim, conforme o parágrafo único da referida legislação, o empreendedor tem total responsabilidade em seguir as instruções, para que se conservem os bens arqueológicos, até *in situ*, adequando também “[...] a viabilização de espaço apropriado para guarda ou a melhoria de Instituição de Guarda e Pesquisa para bens móveis” (p. 13).

Conclui-se, com este trabalho monográfico, a partir da normativa citada, que, durante o Projeto Grandis, da Suzano Papel e Celulose, coordenado por um arqueólogo responsável, não houve uma maior atenção nas etapas curatoriais, exigidas durante a pesquisa arqueológica, bem como no que tange à documentação. A revisão curatorial revelou que houve inconsistências nos dados do relatório e vestígios presentes na coleção que indicam a carência das ações prescritas e citadas anteriormente.

Como é possível observar ao longo do texto, a partir do levantamento bibliográfico, devem ser seguidos determinados cuidados para o uso dos dados e materiais arqueológicos. Entretanto, o acervo não foi propriamente recebido, mas deixado no CPAHT, sendo que, em 2016, também não havia sequer um arqueólogo responsável pelo Centro de Pesquisa. Além disso, o sítio, carregado de problemas, pela falta de cuidados, conforme a problemática discutida, sofreu com o aceleramento do desgaste e os riscos sobre o acervo.

Este estudo abordou, também, a forma como se caracterizava o acondicionamento do material arqueológico cerâmico e lítico, redobrando os riscos para a fragmentação. Em nenhuma das cinco caixas, havia espuma ou manta no fundo. Somente quatro caixas continham plástico bolha, e em uma cx., só havia o material arqueológico em sacos. Há materiais com fragmentados e com fungos. Assim, as peças apresentam uma grande quantidade de problemas, gerados pela falta de tombamento e responsabilidade em sua condução.

Com objetivo de cessar ou diminuir os problemas encontrados no material, a partir dos resultados adquiridos, foi realizada a transferência do acervo de caixas: foram realocadas das caixas de polionda azul para as caixas de polietileno padrão marfinite com tampa, sem travas. De tal modo, buscou-se seguir as normas da Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016, promovida pelo IPHAN, que estabelece os termos das instituições de guarda e pesquisa. Houve, também, o adição adequado das espumas e dos plásticos bolha, bem como foi realizada toda transferência pertinente de dados das fichas contidas nas caixas.

Não coube a esta pesquisa a ação de trocar os sacos das peças/fragmentos, mas, se possível, uma posterior pode tomar tal atitude, não sendo, porém, uma boa escolha furar todas as embalagens, pois isso poderia gerar mais problemas. Para se desenvolver outras pesquisas sobre o sítio, também poderiam ser trabalhadas as bordas cerâmicas identificadas, para fomentar a pesquisa sobre o SBGI. Vale ressaltar que, por o material ter sofrido diversos danos e já que se mantém a fragilidade, o quantitativo do acervo pode continuar variando, sob novas revisões curatoriais.

Portanto, espera-se que este trabalho contribua na formação e no futuro do profissional da área da história e da arqueologia, desenvolvendo habilidades educativas interculturais críticas, através da apresentação do material narrado nesta pesquisa. Assim, fica o convite para que a comunidade acadêmica participe e perceba o quão importante são essas áreas de ensino e pesquisa. Possibilita-se, ainda, com este estudo, uma visão geral dos dados do SBGI, sobre meios positivos e negativos, para, com isso, apresentar meios de manter ou melhorar o acondicionamento do material.

REFERÊNCIAS

- ALGUSTIN, R. O conceito de museu: a definição do ICOM de 2007. **Patrimonium**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 12-16, dez. 2015.
- BANDEIRA, A. M.; OLIVEIRA, P. F. BRANDI, R. A. **Resgate Arqueológico dos sítios Barra Grande I e Barra Grande III vinculados ao empreendimento da Linha de Transmissão 230 kV - Projeto Grandis**. [São Luís], 2015.
- BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez. 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30093>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- BARROS, J. D'A. **Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. v. 1.
- BORGES, V. P. **O que é história**. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos, 17).
- BOYLAN, P. J. Introdução. In: BOYLAN, P. J. (ed./coord.). **Como gerir um museu: manual prático**. Paris: ICOM/UNESCO, 2004. p. vii-ix.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008]. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. *E-book*.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, [...] para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**: seção 1: Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 145, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008.
- BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1: Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 146, n. 10, p. 1-4, 15 jan. 2009.
- BRÜNINGHAUS-KNUBEL, C. A educação do museu no contexto das funções museológicas. In: BOYLAN, P. J. (ed./coord.). **Como gerir um museu: manual prático**. Paris: ICOM/UNESCO, 2004. p. 129-144.
- CALDARELLI, S. B. Pesquisa arqueológica em projetos de infra-estrutura: a opção pela preservação. In: LIMA, T. A. (org.). **Revista do Patrimônio**, n. 33 [Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação], p. 153-173. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- CARVALHO, A. V.; FUNARI, P. P. A. “Arqueologia e patrimônio no século XXI”: as perspectivas abertas pela arqueologia pública. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 3., 2007, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2007. p. 133-140.

COSTA, C. A. S. Um grito de sobrevivência: agenciamento das bases jurídico-legais de endosso institucional para a guarda e pesquisa de acervos arqueológicos e a militância político-acadêmica das comunidades arqueológica e museológica. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 215-253, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8650060>. Acesso em: 12 maio 2022.

CURY, M. X. **Comunicação museológica**: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção. 2005. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CURY, M. X. Para saber o que o público pensa sobre arqueologia... **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 31-48, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635820>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CPAHT [Centro de Pesquisa Arqueologia e História Timbira]. Disponível em: <https://www.uemasul.edu.br/portal/extensao/cpaht/>. Acesso em: 05 jul. 2022.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. Trad. B. B. Soares e M. X. Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus/Pinacoteca do Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura, 2013. *E-book*.

FARIA, I. D. **Compensação ambiental**: os fundamentos e as normas; a gestão e os conflitos. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, jul. 2008. (Textos para discussão/Conleg, 43). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/99899>. Acesso em: 11 jun. 2022.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio Júnior**: dicionário escolar da língua portuguesa. 2. ed. Coord. M. B. Ferreira e M. dos Anjos. Curitiba: Positivo, 2011.

FICHA de inventário do material arqueológico do Projeto Grandis – Suzano: Sítio Barra Grande I, Sítio Barra Grande III, Sítio Jambu II, Sítio Jambu III, Sítio Cajazeiras. [S. l.: s. n.]: [s. d.].

FICHA de inventário e fotografias do material arqueológico coletado nos sítios: Cajazeiras I, Jambu II, Barra Grande I e Barra Grande III, detectadas pelas atividades do licenciamento ambiental do Projeto Grandis. São Luís: [s. n.], 2016.

FONSECA, R. O. Compensação ambiental: da contradição à valoração do meio ambiente no Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 27, n. 2, p. 209-222, mai./ago. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/27456>. Acesso em: 14 abr. 2022.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

IPHAN. Instrução Normativa nº 1, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. **Diário Oficial da União**: seção 1: Ministério da Cultura, Brasília, DF, ano 152, n. 58, p. 11-17, 26 mar. 2015.

IPHAN. Departamento de Proteção. Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002. **Diário Oficial da União**: seção 1: Ministério da Cultura, Brasília, DF, ano 139, n. 244, p. 32, 18 dez. 2002.

IPHAN. Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. **Diário Oficial da União**: seção 1: Ministério da Educação e Cultura, Brasília, DF, ano 153, n. 97, p. 84-87, 23 maio 2016.

LADKIN, N. Gestão do acervo. *In*: BOYLAN, P. J. (ed./coord.). **Como gerir um museu**: manual prático. Paris: ICOM/UNESCO, 2004. p. 17-32.

LEITE FILHO, D. C.; GASPAR, E.; TORRES, T. **Arqueologia do Maranhão**. São Luís: CPHNAMA/SECMA, 2008.

LEWIS, G. O papel dos museus e o Código de Ética Profissional. *In*: BOYLAN, P. J. (ed./coord.). **Como gerir um museu**: manual prático. Paris: ICOM/UNESCO, 2004. p. 1-16.

LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**: Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/899PQPGsVV5WGxNyxXqzhwc/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MIRABILE, A. A reserva técnica também é museu. **Boletim Eletrônico da ABRACOR**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 4-9, jun. 2010.

MONTICELLI, G. **Arqueologia em obras de engenharia no Brasil**: uma crítica aos contextos. 2005. Tese (Doutorado Internacional em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2396>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MORALES, W. F. **Brasil Central**: 12.000 anos de ocupação humana no médio curso do rio Tocantins, TO. São Paulo: Annablume, 2008. (História e arqueologia em movimento).

MUCHACHO, R. M. S. P. **Museu e novos media**: a redefinição do espaço museológico. 2009. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Y. A. Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 10 abr. 2022.

O TEMPO não pára. Intérprete: Cazuzza. Compositores: Cazuzza e A. Brandão. *In*: O TEMPO não pára. Intérprete: Cazuzza. [S. l.]: Philips, 1988. 1 CD (37 min), faixa 6.

PEREIRA, D. Extroversão do patrimônio arqueológico salvaguardado: reserva técnica do Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 66-82, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8650061>. Acesso em: 14 jun. 2022.

PEREIRA, D. “Reserva técnica viva”: extroversão do patrimônio arqueológico no Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2015.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1992.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em arqueologia pública ligadas ao projeto de ampliação da Mina Calcária Limeira. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 63-120, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635822>. Acesso em: 11 jun. 2022.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 10-31, dez. 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/29852>. Acesso em: 22 abr. 2022.

ROCHA, R. L. Particularidades de la cerámica pintada tupiguarani. **Arqueología y Territorio**, Granada, n. 6, p. 39-55, 2009. Disponível em: <https://zenodo.org/record/3769456#.YypFaHbMLrc>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SCHAAN, D. P. Arqueologia, público e comodificação da herança cultural: o caso da cultura marajoara. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 19-30, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635819>. Acesso em: 17 jun. 2022.

SILVA, F. M. da; SHOCK, M. P.; CARNEIRO, G. P. Balaios de plantas e animais: conservação de macrovestígios orgânicos arqueológicos. **Revista de Arqueologia**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 279-305, set./dez. 2020. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/842>. Acesso em: 12 abr. 2022.